



Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2009/2013

Universidade Federal de Pernambuco

Aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 16/12/2010

Plano de Desenvolvimento Institucional

Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006)
Ministros da Educação Fernando Hadadd

Universidade Federal de Pernambuco

Gabinete do Reitor

Reitor

Professor Amaro Henrique Pessoa Lins

Chefe de Gabinete

Professor Antônio Marques da Costa Soares Júnior

Secretária do Reitor

Lúcia Dias

Vice-Reitor

Professor Gilson Edmar Gonçalves e Silva

Secretária do Vice-Reitor

Maria José Caminha Soares

Vice-Reitor Substituto

Professor Suêlto Vita da Silveira

Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos

Professora Ana Maria Santos Cabral

Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Pró-Reitor de Extensão

Professora Solange Galvão Coutinho

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Professor Hermino Ramos de Souza

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida

Sra. Lenita Almeida

Pró-Reitor de Gestão Administrativa

Professor Marco Tullio Castro Vasconcelos

Plano de Desenvolvimento Institucional

Estrutura Gerencial de Elaboração do PDI

Coordenação Geral: Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Prof. Hermino Ramos de Souza

Etapa de Discussão com a Comunidade Acadêmica

Responsáveis: Professores Wilson Magela Gonçalves e Denilson Bezerra Marques

Etapa de Revisão e Consolidação do Documento Final

Responsável: Diretoria de Avaliação e Planejamento
Profa. Andrea Sales Soares de Azevedo Melo

Comissões Temáticas

Comissão 1: Perfil e Gestão Institucional e Organização Acadêmica

Propesq: Francisco Jaime Mendonça

Proplan: Cristina Raposo

Proacad: Lícia Maia

Proext: Maria Cristina de Medeiros Nunes

Progepe: Ana Cristina Brito Arcoverde

Representantes dos Centros:

Centro de Artes e Comunicação (CAC): Vilma Villarouco (titular) e Virgínia Leal (suplente)

Centro de Ciências Biológicas (CCB): Miriam Camargo Guarniere (titular) e Maria das Graças Carneiro Cunha (suplente)

Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN): Alfredo Mayall Simas (titular) e Manoel José Machado Soares Lemos (suplente)

Centro de Ciências Jurídicas (CCJ): Gustavo Ferreira Santos

Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA): Sérgio Alves (titular) e José Francisco Ribeiro Filho (suplente)

Centro de Ciências da Saúde (CCS): José Thadeu Pinheiro (titular) e Marcio Gueiros (suplente)

Centro de Educação (CE): Sérgio Abranches (titular) e Verônica Gitirana (suplente)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH): Edvânia Torres (titular) e Maria do Socorro Ferraz Barbosa (suplente)

Centro de Informática (CIN): Paulo Cunha (titular) e Hermano Perrelli de Moura (suplente)

Centro de Tecnologia e Geociências (CTG): Edmilson Santos de Lima (titular) e Paulo Maciel Lyra (suplente)

Comissão 2: Infra-estrutura, Finanças e Orçamento (19)

PCU: Norma Gonçalves de Lacerda

Proacad: Ângela Farias

Proplan: Marco Tulio

Plano de Desenvolvimento Institucional

Propesq: Celmy Maria B de Menezes Barbosa

Progepe: Ricardo Bigi de Aquino

Proext: Wilza Maria Aparecida de Melo Estrella

Ascom: Vitória Galvão

Biblioteca Central: Adelaide Lima

NTI: José Queiroz

Representante do GAPE:

Representantes dos Centros:

Centro de Artes e Comunicação (CAC): Ângela Maria Saraiva e Moura

Centro de Ciências Biológicas (CCB): Paulo Santos

Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN): Cristiano Ferraz

Centro de Ciências Jurídicas (CCJ): Fabiola Santos Albuquerque

Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA): Thiago Wanderlei de V. Cavalcanti

Centro de Ciências da Saúde (CCS): Valéria Moura Moreira Leite

Centro de Educação (CE): Ana Coelho Vieira

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH): Thaís Andrade

Centro de Informática (CIn): André Luís de Medeiros Santos

Centro de Tecnologia e Geociências (CTG): Cristiano Alexandre V. Cavalcante

Comissão 3: Avaliação

CPA: Andrea Sales Soares de A Melo.

Proacad: Elizabeth Varjal

Progepe: Lenita Almeida Amaral

Proext: Jurema Freire Lisboa de Castro

Representantes dos Centros:

Centro de Artes e Comunicação (CAC): Virgínia Leal

Centro de Ciências Biológicas (CCB): Paulo Miranda

Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN): Alfredo Arnóbio de Souza da Gama

Centro de Ciências Jurídicas (CCJ): Ivanildo Figueiredo

Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA): Décio Fonseca

Centro de Ciências da Saúde (CCS): Raquel Araújo de Santana

Centro de Educação (CE): Alfredo Macedo Gomes

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH): Aécio Gomes de Matos

Centro de Informática (CIn): Edna Barros

Centro de Tecnologia e Geociências (CTG): Arnaldo Carneiro

NOTAS EXPLICATIVAS

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE, PDI 2009-2013, começou a ser elaborado no ano de 2006, com a incorporação dos conteúdos presentes no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2010. Este tomou como ponto de partida as avaliações institucionais internas e externas para identificação das forças e fraquezas internas e as oportunidades e ameaças externas à instituição. Para a elaboração do PEI foi utilizada a técnica de planejamento SWOT, aplicada a toda comunidade acadêmica. Os trabalhos consistiram de uma análise crítica dos fatores internos e externos citados tendo em vista identificar as ações e estratégias de atuação da instituição no longo prazo.

A partir da análise do PEI foram criadas três comissões de trabalho para, sob a Coordenação de uma Consultoria Interna contratada, operacionalizar o PDI. A Coordenação foi feita por uma equipe interna de Consultoria, criada para este fim, enquanto as comissões foram constituídas pela comunidade acadêmica tendo em vista a criação de grupos temáticos de discussão; da seguinte forma:

- COMISSÃO 1 - Perfil Institucional, Gestão Institucional e Organização Acadêmica - Composta predominantemente por Pró-Reitores, representantes do GAPE e Diretores e Vice-Diretores de Centros
- COMISSÃO 2 - Infra-estrutura, Finanças e Orçamento - Composta predominantemente por representantes das Pró-Reitorias, Prefeitura, ASCOM, NTI, Biblioteca Central, representantes dos Centros e representantes do GAPE;
- COMISSÃO 3 - Avaliação - Composta predominantemente por representantes das Pró-Reitorias, Prefeitura, CPA, representantes dos Centros e representantes do GAPE;

Cada uma das comissões criadas seguiu uma metodologia própria de trabalho, mas a idéia básica de todas elas foi a de reunir e sistematizar, legitimando-os assim, os esforços anteriormente produzidos no âmbito da UFPE. Desta forma, os documentos que diagnosticaram e prognosticaram setores específicos desta universidade foram amplamente utilizados, todos reconhecidos como legítimos em sua representação formal dos fóruns que representam. Os principais documentos utilizados neste sentido foram:

- PEI - Planejamento Estratégico Institucional
- Documento PROF/CAPES - Programa de Fomento à Pós-Graduação elaborado pela PROPOESQ
- Relatório de Auto-Avaliação 2006 - Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- Plano De Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFPE -PROGEPE
- Minuta do Plano Diretor - Prefeitura Universitária - UFPE
- Catálogo Institucional -PROPLAN
- Documento Síntese dos Seminários do Projeto Pedagógico Institucional - PROACAD

Plano de Desenvolvimento Institucional

- Relatórios de Ações e de Prioridades Extensionistas - PROEXT
- Relatório do Acervo do Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central
- Relatório das Pesquisas de Clima e Cultura organizacionais da UFPE - PROGEPE
- Relatório de Gestão 2005-2006 - PROPLAN
- Relatório de Diagnóstico da TIC 2007 - NTI
- Projeto de Avaliação de Professores 2006 - PROACAD

A partir dos trabalhos realizados pelas três Comissões foi elaborado um Relatório, que foi entregue à PROPLAN ainda em 2008. A partir deste documento, e tendo em vista a elaboração de uma versão final, para divulgação do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE, a Diretoria de Avaliação Institucional e Planejamento/PROPLAN, sintetizou, complementou e adequou ao formato padrão sugerido pelo MEC.

SUMÁRIO

1. REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	9
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	12
2.1 INTRODUÇÃO	12
2.2 BREVE HISTÓRICO DA UFPE.....	13
2.3 INSERÇÃO REGIONAL	15
2.4 MISSÃO	17
2.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	17
2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	17
2.7 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA UFPE	19
2.8 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	20
2.9 O PERFIL DO EGRESSO	21
2.10 ESTRUTURA CURRICULAR.....	22
2.11 REQUISITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO	24
3. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	25
3.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO.....	25
3.2 PÓS-GRADUAÇÃO	30
3.3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	36
3.4 PESQUISA.....	37
3.5 EXTENSÃO	41
3.6 INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO	44
4. GESTÃO INSTITUCIONAL.....	46
4.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	46
4.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	51
5. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	58
5.1 FORMAS DE ACESSO	58
5.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO, FINANCEIRO E DE ESTÍMULO À PERMANÊNCIA	59
5.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA	
ESTUDANTIL)	60
5.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60

Plano de Desenvolvimento Institucional

5.5	DIRETRIZES PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA	61
6.	<u>INFRA-ESTRUTURA</u>	63
6.1	INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.....	63
6.2	BIBLIOTECA	65
6.3	DIRETRIZES.....	66
7.	<u>ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO.....</u>	68
7.1	REDE TECNOLÓGICA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	68
7.2	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	70
7.3	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	72
7.4	DIRETRIZES.....	72
8.	<u>AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</u>	74
8.1	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	75
8.2	UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	75
8.3	DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO.....	75
9.	<u>PROGRAMA DE EXPANSÃO DA UFPE.....</u>	77
9.1	GRADUAÇÃO	77
9.2	PÓS-GRADUAÇÃO	78
9.3	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	79

1. REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O documento “*World Declaration on Higher Education for the Twenty-First Century: Vision and Action*”, elaborado pela UNESCO, destaca em seu preâmbulo o crescimento e diversificação da demanda, sem precedentes, da educação superior. Destaca ainda a maior consciência da sua importância para o desenvolvimento sócio-cultural e econômico da humanidade. Segundo o documento, para a construção do futuro as gerações mais jovens necessitarão estar preparadas com novas habilidades, conhecimentos e ideais.

Os principais desafios e dificuldades a serem enfrentados pela educação superior, em escala mundial, mencionados pela UNESCO são: financiamento; equidade de condições de acesso; qualificação do corpo docente; melhoria e manutenção da qualidade do ensino, pesquisa e serviços; relevância dos programas; empregabilidade dos egressos; estabelecimento de acordos de cooperação eficiente e acesso equitativo aos benefícios da cooperação internacional. Ao mesmo tempo, reconhece que a educação superior tem sido desafiada pelas novas oportunidades relacionadas às novas tecnologias, que melhoram as formas segundo as quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, disseminado, acessado e controlado.

Constata-se também que desde a segunda metade do século vinte que vem aumentando a distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento quanto ao acesso e recursos para o ensino superior e para a pesquisa, tornando-se também maior o contraste entre os diferentes grupos sociais em cada país, quanto às oportunidades educacionais. Acrescenta-se o reconhecimento da posição estratégica ocupada pelas instituições de ensino superior e de pesquisa na redução dessas distâncias entre os dois grupos de países, para o que o compartilhamento de conhecimentos, a cooperação internacional e as novas tecnologias serão instrumentos essenciais.

Com base no entendimento acima do papel da educação superior, a Declaração explicita missões, visões e ações da educação superior no mundo. Os valores e as missões - em particular, a contribuição para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da sociedade como um todo - devem ser preservados, consolidados e ampliados, priorizando-se a formação de profissionais altamente qualificados e cidadãos responsáveis capazes de atender as necessidades de todos os setores da atividade humana; fornecer oportunidades para o ensino superior e a educação continuada; avançar, criar e disseminar conhecimentos através da pesquisa, contribuindo ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades. Da mesma forma, no que concerne ao papel ético, à autonomia, à responsabilidade e à função antecipatória da comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários), destaca-se a necessidade de preservar e desenvolver suas funções cruciais (ensino, pesquisa e extensão) através do exercício da ética e do rigor científico e intelectual em suas várias atividades; de dispor de autonomia e liberdade acadêmica; e desempenhar um papel na identificação e no encaminhamento de soluções de questões que influem na qualidade de vida das comunidades, nações e sociedade global.

Para a construção da nova visão, destacam-se: a equidade de acesso; o aumento da participação e da promoção do papel da mulher; o avanço do conhecimento através da

¹ O texto contido neste item sofreu uma pequena adaptação do texto contido no PEI (planejamento Estratégico Institucional). O PDI é parte do PEI.

Plano de Desenvolvimento Institucional

pesquisa em ciência, artes e humanidades e a disseminação dos seus resultados; a orientação de longo prazo baseada na relevância em termos do que a sociedade espera das instituições e do que elas fazem; aumento da cooperação com o mundo do trabalho e análise e antecipação das necessidades da sociedade; diversificação (cursos tradicionais, de curta duração, modulares, à distância) para uma equidade maior de oportunidades; abordagens educacionais inovadoras (pensar crítico e criatividade) e profissionais de educação superior e alunos como atores principais.

As ações compatíveis com essa nova visão da educação superior são: avaliação da qualidade em todas as suas funções e atividades desenvolvidas no âmbito da Universidade; exploração do potencial das novas tecnologias de informação e comunicação; fortalecimento da gestão e do financiamento da educação superior; cooperação interinstitucional e internacional; necessidade de reverter o processo, em curso, de evasão de pessoas qualificadas, modificando a tendência atual entre países em desenvolvimento e desenvolvidos; e, por último, a formação de parcerias e alianças entre diversos atores e segmentos da sociedade.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE - 2001/2010) compartilha desta visão estratégica da educação superior, e considera que “nenhum País pode aspirar a ser desenvolvido sem um sistema de educação superior forte”. Neste sentido, reconhece como fundamental o apoio do setor público, seja na forma de recursos, seja na forma do acompanhamento e regulamentação.

O núcleo estratégico do Sistema de Ensino Superior há de ser composto pelas universidades, que têm como missão contribuir para o desenvolvimento do País e para a redução dos desequilíbrios regionais nos marcos de um projeto nacional, em colaboração com as instituições de ciência e tecnologia. As rápidas transformações do mundo contemporâneo colocam para as universidades os requisitos de relevância, qualidade e cooperação internacional, e reafirmam o papel dessas instituições, a partir da reflexão e da pesquisa, na transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

O PNE reconhece como diretriz básica para o adequado desempenho das universidades a autonomia universitária, nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A renovação do ensino universitário brasileiro requer a reformulação do rígido sistema atual de controles burocráticos, com a efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições universitárias e a permanente avaliação dos currículos, medidas essenciais para que a educação superior enfrente as rápidas transformações da sociedade brasileira.

Ainda segundo o PNE, as universidades federais devem explorar a capacidade ociosa dos seus recursos com a criação de cursos noturnos, elevando a relação aluno-professor. Essa expansão precisa considerar, entre outros recursos, a infra-estrutura existente, em termos da sua situação atual, que se apresenta com problemas muito graves de recuperação, por falta de programas do Governo Federal com recursos alocados para essa finalidade.

Destaque-se também a necessidade de melhoria da qualidade do ensino, recorrendo-se à institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar docentes atuantes na educação superior. Maior parcela de recursos da receita vinculada da União deve se destinar ao ensino superior, que é sua função precípua, a fim de garantir-se um financiamento estável das universidades públicas.

Além das diretrizes acima, deve-se destacar as seguintes, entre as contempladas pelo PNE: estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país; estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância; estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de ensino; diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares; a partir de padrões mínimos fixados pelo poder público, exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas como condição para o recredenciamento das IES e renovação do reconhecimento de cursos; estimular a

Plano de Desenvolvimento Institucional

consolidação e desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando em dez anos o número de pesquisadores qualificados; incentivar a prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior; implantar planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das IES; garantir nas IES a oferta de cursos de extensão, para atender necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional; e estimular a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados da pesquisa, do ensino e da extensão.

O desenvolvimento das instituições de ensino superior, como o de todas as organizações, requer uma clara definição de seus valores, visão de futuro, missão, objetivos e metas a serem alcançados num determinado horizonte temporal. Os desafios a serem enfrentados, sobretudo nos próximos dez anos, impõem o planejamento como ferramenta essencial de apoio ao funcionamento dessas instituições. No contexto brasileiro, destacam-se: a pressão da demanda por ensino superior - resultante da expansão do ensino médio; a escassez de recursos públicos para o financiamento do ensino superior e da pesquisa; o engessamento gerencial dos recursos das IFES (humanos, financeiros, entre outros); a redução do valor real dos salários; e as condições inadequadas de sua infra-estrutura predial, de equipamentos e de tecnologia de informação.

Percebe-se também uma cobrança cada vez maior da responsabilidade das instituições federais de ensino superior no cumprimento de sua missão: formar mais pessoas e gerar mais tecnologias com qualidade e a custos aceitáveis pela sociedade. O drama social brasileiro impõe uma maior responsabilidade para essas instituições, pelo papel estratégico da educação, da ciência e da tecnologia na transformação das condições de vida de seu povo. A gestão e o financiamento são fatores essenciais para garantir o cumprimento da missão dessas instituições. Recursos financeiros cada vez mais escassos e seu fluxo irregular têm exigido dos gestores uma capacidade crescente de ousar e criar. Uma forma adequada de enfrentar esses problemas é através de planos, que explicitem objetivos e metas a serem alcançados, cronograma, custos envolvidos e fontes de financiamento. O controle da execução e a avaliação dos resultados (com os respectivos indicadores de desempenho) serão ferramentas indispensáveis desse sistema.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 INTRODUÇÃO

O processo educacional deve ser continuamente revisto para se adequar à necessidade de formação de cidadãos aptos a entender e intervir na realidade sócio-econômica do seu tempo e do local em que vivem. A universidade, dentro deste contexto, precisa rever suas estruturas visando formar profissionais adaptados a estas necessidades.

No Brasil, o problema da educação destaca-se em importância e gravidade. Os desafios tem sido imensos para que o sistema educacional se torne mais flexível no sentido de absorver as novas demandas surgidas do crescimento explosivo das matrículas no ensino médio e, principalmente, da própria dinâmica das mudanças sociais e econômicas, necessárias para o equilíbrio da humanidade.

A expansão do ensino superior pressupõe a melhoria da eficiência deste sistema, particularmente das instituições federais, que são, em princípio, referência no sistema brasileiro. Hoje, as instituições de ensino superior estão assumindo sua responsabilidade social, visto que estão preocupadas com a formação de profissionais mais adequados às necessidades do mercado e principalmente com o papel da universidade na sociedade do novo século, que requer mudança de paradigma.

O modelo de que o recém graduado na universidade faria um concurso, geralmente em órgão público, ou teria um emprego assegurado, há muito deixou de ser totalmente verdade. Entretanto, a preparação para esta realidade profissional, na última década, não foi devidamente contemplada nos cursos de graduação das universidades brasileiras, e em particular da UFPE. Adicione-se a este ponto o fato de que a distância entre a utilização dos avanços tecnológicos e os resultados da pesquisa científica estão cada vez mais reduzidos. Sendo assim, a universidade, além de manter o padrão de desenvolvimento acadêmico e de pesquisa, deve proporcionar aos seus alunos o preparo adequado para utilizar a inovação tecnológica, no sentido mais amplo da palavra. Deve ainda preparar para a nova estrutura de empregabilidade, mantendo os princípios da preservação do meio ambiente, sustentabilidade, os princípios humanitários de cidadania e de qualidade de vida para todos.

A sociedade vem demonstrando a necessidade por um profissional de nível superior que tenha uma formação mais completa e complexa, não apenas técnica, mas também ética, humanística e cultural, que possa atuar junto a áreas afins em equipes multidisciplinares. Busca-se por este profissional capaz de promover a interação entre partes de um sistema e com habilidades para promover mudanças na comunidade em que atua com a capacidade de análise crítica dos processos de transformação desta sociedade.

Outrossim, a universidade deverá formar alunos para que atuem na sociedade com competência, responsabilidade e justiça, contribuindo para a construção de um país próspero, solidário e justo. Profissionais de qualquer setor devem se sentir responsáveis pela verificação dos processos de violação, promoção e defesa dos Direitos Humanos. Premência que se verifica também no âmbito internacional, no qual o Brasil está inserido.

Neste novo ambiente, a graduação já não é mais um fim, relevando-se em importância a educação continuada. O valor de cada etapa está em preparar um profissional com qualidade e apto a aprender cada vez mais.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA UFPE²

A Universidade Federal de Pernambuco surgiu em 1946, com a denominação de Universidade do Recife³, resultante da união das Faculdades e Escolas de Direito, de Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, Filosofia e Belas-Artes. A Faculdade de Direito, criada em 1827, é a mais antiga instituição de ensino superior no Brasil; a sua influência na sociedade brasileira foi tão forte que as suas idéias passaram a ser reconhecidas como as da Escola do Recife. A Escola de Engenharia foi criada em 1895 e recebia estudantes de todo o país e em particular das regiões Norte e Nordeste. A Escola de Medicina, com os cursos anexos de Farmácia e Odontologia, foi criada em 1920; a Escola de Belas-Artes em 1932 e a Faculdade de Filosofia em 1941.

A Universidade do Recife teve o seu campus adquirido pelo governo do estado no bairro de Engenho do Meio, através de Lei estadual de dezembro de 1947⁴. Concebido pelo arquiteto italiano Mario Russo⁵, o planejamento arquitetônico e urbanístico da Cidade Universitária foi entregue no ano de 1949 e, nove anos depois, o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurou o Campus Universitário com a entrega do prédio da Faculdade de Medicina, hoje Centro de Ciências da Saúde.

Como uma das mais antigas universidades brasileiras formada pela reunião de várias Faculdades e Escolas pioneiras das regiões Norte e Nordeste do país, a UFPE teve como principal objetivo qualificar recursos humanos para estas regiões. Teve papel importante na geração de conhecimentos nas diversas áreas científicas.

Entre 1955 e 1956 foi criada e instalada a Editora Universitária da UFPE, anteriormente denominada de Imprensa Universitária; sendo, assim, a mais antiga editora universitária do Brasil. Além de estimular a produção intelectual dos docentes e pesquisadores, a Editora tem função acadêmica no que diz respeito às três ações primordiais da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma média significativa de títulos publicados anualmente, inscreve-se no rol das mais produtivas, mas se defronta com o desafio de, ainda hoje, consolidar sua autonomia financeira e criar mecanismos facilitadores para distribuição e comercialização do seu produto.

Até o início dos anos sessenta, a pesquisa científica era um esforço individual guiado pela iniciativa e criatividade de alguns poucos docentes. Somente em meados dessa década, foram criados institutos de pesquisa em torno da liderança de alguns cientistas que tinham construído laboratórios e iniciado a formação de grupos de pesquisa. Estes institutos de pesquisa incluíam Matemática, Física, Geologia e Ciências Humanas, entre outros. Departamentos tais como Física, Química, Matemática, Geologia, Ciências Sociais, Economia, História e Geografia foram criados ou re-estruturados e desenvolveram-se sob a influência destes institutos de pesquisa. Os programas de pós-graduação também surgiram em torno desses institutos sendo os primeiros os cursos de mestrado em Matemática, Bioquímica, Economia e Sociologia em 1967. Porém, ainda, nessa época a atividade de ensino era mais

² Esta versão da História da UFPE é uma conjugação dos textos presentes no Relatório de Auto-avaliação Institucional de 1998 e no Projeto UFPE 60 anos. Foram feitas apenas pequenas inserções e atualizações.

³ Em 1965 a Universidade do Recife se integra ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

⁴ De autoria do então deputado Luiz Magalhães Melo.

⁵ Projeto que sofreu diversas alterações no decorrer do tempo.

Plano de Desenvolvimento Institucional

presente, enquanto a pesquisa em alguns Departamentos tornava-se atividade diária de crescente relevância.

Outros institutos influentes criados na década de 1960 foram: o Instituto de Nutrição, baseado no trabalho pioneiro de Josué de Castro e Néelson Chaves, o Instituto de Antibióticos, liderado por Osvaldo Gonçalves Lima e o Instituto de Micologia, por Chaves Batista. Estes institutos, ao lado de Departamentos como o de Medicina Tropical, desenvolveram pesquisas de importância regional e nacional.

Durante os anos cinquenta e sessenta, outras instituições de ensino superior foram criadas no Norte e Nordeste do Brasil, requerendo da UFPE redefinição de sua missão e contribuições. Em paralelo, ocorreram mudanças no peso do ensino e da pesquisa, instituídas pela Reforma Universitária de 1968, que introduziu o regime de trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva, caracterizando-se como instrumento de fundamental importância para assegurar a contínua expansão da pesquisa e dos programas de pós-graduação.

Neste novo ambiente, a UFPE passa a se destacar como uma instituição de pesquisa e, por este reconhecimento, continua a atrair alunos de outros estados e outras regiões, tanto para os cursos graduação quanto de pós-graduação. No âmbito da pós-graduação a atratividade da UFPE tem sido explicada, em parte, pela concentração de cursos de pós-graduação no centro-sul do país⁶, onde se registram, ainda no ano de 2007, cerca de setenta e seis por cento dos programas. A UFPE é a instituição com maior número de programas de qualidade, segundo avaliação da CAPES, no Norte e no Nordeste do país⁷.

A pesquisa produzida na UFPE, face às suas temáticas, tem abrangência local, regional, nacional e internacional, com financiamentos do FINEP, CNPq, CAPES, IPEA, FACEPE, BNB, Petrobrás, Banco Mundial, Nações Unidas, Organização Mundial da Saúde, Organização dos Estados Americanos e Organização Internacional do Trabalho. Sobressaem-se a quantidade e a qualidade dos grupos de pesquisa, em torno de 379 no ano de 2008. Entretanto, muito embora a universidade tenha produzido relevantes conhecimentos para o desenvolvimento da região e do estado, inclusive com experiências muito bem sucedidas de seu uso por instituições e empresas locais em benefício da sociedade, não há ainda mecanismos consolidados institucionalmente que assegurem esta inter-relação. Embora a extensão na UFPE tenha nos últimos anos avançado na perspectiva de consolidar uma concepção e uma prática de efetiva integração entre o ensino e a pesquisa, as ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica ainda refletem a dicotomia, fruto de uma cultura fragmentada.

Recentemente regulamentada⁸, a extensão vem atuando como um elo de integração das atividades universitárias com os segmentos da comunidade externa, tendo como linhas prioritárias de ação as áreas temáticas definidas no Plano Nacional de Extensão: comunicação; cultura; direitos humanos; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia; e trabalho. Seu principal desafio hoje é definir mecanismos de avaliação que permitam mensurar, de modo complementar à pesquisa e ao ensino, os resultados acadêmicos e o alcance social gerado pela ação extensionista, seja para o estudante em processo de formação, seja para a população alvo da ação. Uma integração mais sinérgica com a pesquisa desenvolvida institucionalmente é um outro desafio em processo de superação.

Em agosto de 1981 foi criada a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - FADE, uma instituição privada sem fins lucrativos, credenciada pelo Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia. O principal objetivo da criação da FADE foi melhorar a interligação da Universidade com a sociedade, de forma ágil e institucionalizada. Através da Fade são realizadas parcerias com empresas, privadas e públicas, a exemplo da Petrobrás, Embratur, Embratel, Celpe, Telpe, Compesa, elógica, Grupo Moura, SUDENE, SUDAM, Cia Vale Rio Doce, Codevasf, Chesf, CNEN, Fundacentro, BIRD, Fundação Vitae,

⁶ Apesar da participação decrescente nos anos 2000 - entre 2000 e 2007 caiu de 80% para 76%, segundo as estatísticas da CAPES.

⁷ Em 2007 a UFPE era responsável por 14% de todos os cursos de pós-graduação da região.

⁸ Resolução 09/2007 do CCEPE.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Capes, CNPq, FINEP, ITEP, HEBRON, Lafep, Origin, BNB, IICA, SEBRAE, BNDES, CEF, Banco do Brasil, IPEA, além de Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

Em 2006, como resposta aos estímulos do governo federal neste setor, a UFPE iniciou a implementação de uma política de descentralização e interiorização. A rápida adesão ao programa de interiorização refletia o desejo institucional de ampliar as possibilidades para a demanda retraída de alunos do interior do estado egressos do ensino médio que não tinham a possibilidade de deslocamento para a capital, a fim de estudar em uma universidade pública (UFPE, UFRPE, UPE). Primeiro com a criação do Campus de Caruaru, o Centro Acadêmico do Agreste, e depois com a criação do Campus de Vitória, localizado em Vitória do Santo Antão. Os novos *campi* foram criados com uma nova estrutura de gestão, fundamentada não mais em Centros e Departamentos, estrutura comum ao Campus do Recife, mas em Núcleos, nos quais estão lotados os professores e se localizam os cursos.

A adesão à Educação à Distância (EAD) se constituiu em mais uma ação de interiorização, que se tornou possível porque a UFPE é detentora de uma forte tradição nos campos da tecnologia da informação e da educação, com exemplos de iniciativas nas diversas áreas do conhecimento que desenvolvem e/ou utilizam os recursos da educação à distância. Assim, no ano de 2006, foi criada a Coordenação de Educação à Distância, órgão ligado ao Gabinete do Reitor. Com esta coordenação buscou-se criar um espaço de reflexão, articulação, formulação e desenvolvimento de ações em EAD, além da própria articulação e coordenação da política de EAD na UFPE, que localiza no sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) os seus cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância. Com este sistema busca-se promover o acesso ao ensino superior das camadas da população que estão excluídas do processo educacional.

Atualmente⁹, os cursos oferecidos pela Instituição estão distribuídos em doze Centros Acadêmicos: sendo 70 cursos de graduação - 62 no Recife, 5 no Centro Acadêmico de Caruaru e 3 no Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão; 170 de pós-graduação - 58 cursos de mestrado, 38 de doutorado, e 74 cursos de especialização; 294 cursos de extensão; e um curso de graduação à distância. O seu grande patrimônio, entretanto, são as pessoas, distribuídas, em 2008, entre 1.703 professores efetivos, 33.304 alunos matriculados, sendo 5.548 alunos de pós-graduação, e 3.381 técnico-administrativos¹⁰, todos eles responsáveis por esta evolução e incremento institucional.

Em outubro de 2007 a Universidade aderiu ao REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Pública) e em dezembro deste mesmo ano teve o seu Projeto aprovado. Os principais objetivos constantes deste projeto são: ampliação gradativa das vagas do vestibular; redução da evasão e retenção escolar; ocupação gradativa das vagas ociosas; implementação de reforma curricular em todos os cursos; estímulo à renovação do exercício da prática pedagógica; ampliação da abrangência do programa de mobilidade estudantil; consolidação das políticas de inclusão social; novas políticas de extensão; ampliação do acesso à moradia estudantil; ampliação do programa de pós-graduação. Para consecução de todos esses objetivos, a UFPE teve aprovado um orçamento de aproximadamente R\$58 milhões em investimento e R\$220 milhões em custeio, até o ano de 2012.

2.3 INSERÇÃO REGIONAL

A UFPE tem como um de seus objetivos contribuir para a modernização econômica e o desenvolvimento sustentável dos municípios do estado de Pernambuco, difundindo a produção do conhecimento, dos processos e produtos elaborados na UFPE¹¹. Neste sentido, tem buscado direcionar as suas atividades centrais aos problemas, perspectivas e oportunidades da região.

⁹ Até dezembro de 2008.

¹⁰ Destes, 1.262 são funcionários do Hospital das Clínicas.

¹¹ Este objetivo está definido no Planejamento Estratégico Institucional (2003-2013).

Plano de Desenvolvimento Institucional

Pernambuco tem uma história marcada por contrastes sociais e econômicos. Neste contexto, a UFPE tem buscado contribuir através das suas mais diversas competências, amparadas pelas áreas de conhecimento em que atua, e desenvolvendo um trabalho pioneiro para superação dessas desigualdades.

A ampliação da inserção regional da Universidade, tendo em vista a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no estado, tem se dado na direção de fortalecer a cooperação entre as IES da região; e de estabelecer uma articulação com órgãos federais e estaduais de desenvolvimento regional, e com instituições estaduais e municipais, públicas ou privadas. Outrossim, a inserção tem se dado através do desenvolvimento e divulgação de estudos de relevância regional.

No campo da cooperação com as IES da região, um bom exemplo é a utilização do SIG@ (Sistema de Informação e Gestão Acadêmica)¹² pela UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), pela UPE (Universidade de Pernambuco - Estadual), e pela UNIVASF (Universidade do Vale do São Francisco). Em síntese, o sistema é repassado e adaptado para as instituições com a contrapartida de apoio financeiro no desenvolvimento de novos módulos do sistema.

Outro exemplo de cooperação entre as IES, com a participação articuladora da UFPE, é a integração da RMR ao REDECOMEP (Redes Comunitárias Metropolitanas para Educação e Pesquisa), um sistema de comunicação via web, de alta velocidade, servido pelos Pontos de Presença da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) da Região Metropolitana do Recife. No Grande Recife serão contempladas, inicialmente, 25 instituições, entre órgãos vinculados ao ensino e à pesquisa e os governamentais relacionados à pesquisa científica. Fazem parte do convênio a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe); e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (Fade).

O Programa UFPE & Políticas Públicas da Pró-reitoria de Extensão atua diretamente na integração e articulação das atividades acadêmicas realizadas no Campus com a realidade econômica e social do estado de Pernambuco e do Nordeste. Neste sentido, procura associar gestores municipais, governo estadual, organizações da sociedade civil, entidades públicas e privadas, em um esforço conjunto, para integrar as atividades universitárias às realidades econômicas, culturais, sociais e ambientais. O programa tem natureza interdisciplinar, associando, desse modo, departamentos, programas e grupos de pesquisadores e estudantes em torno das temáticas ligadas aos desafios do desenvolvimento humano.

Mas a maior ação de inserção regional da Universidade a ser destaca é a sua interiorização, iniciada no ano de 2006, num processo que abriu novas possibilidades de atuação para diminuição das diferenças intraestaduais. A interiorização oferece oportunidade ao aluno do interior, ao mesmo tempo em que leva à região um elemento difusor de conhecimento e tecnologia. O curso de Licenciatura Intercultural Indígena, por exemplo, criado em julho de 2008, tornou-se possível a partir deste processo de interiorização, devido à diminuição das distâncias entre o público alvo e a infraestrutura necessária. Concorre ainda para uma maior inserção regional deste Curso em particular, o fato de ser uma iniciativa desenvolvida em parceria interinstitucional, com a UPE, a UFRPE, o Centro de Cultura Luiz Freire, a Funai e a Secretaria Estadual de Educação.

A co-participação com o Governo Federal na execução do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, a moldes do PAIR, realizado na capital e em municípios do sertão do Estado, também evidencia o papel importante da Universidade, através da ação mediadora da extensão, no apoio à execução das políticas públicas.

Outras iniciativas, na área da formação e qualificação profissional, realizadas principalmente no interior do estado, são desenvolvidas pelo NUSP - Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social, com a gestão do Programa Municípios Saudáveis, em parceria com a agência de fomento japonesa JICA e Governo do Estado.

¹² Sistema desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPE.

2.4 MISSÃO¹³

A Universidade Federal de Pernambuco tem como missão promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

2.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UFPE atua em todas as áreas acadêmicas. A TABELA 01 traz um resumo do número de cursos de graduação e pós-graduação, por área do CNPq.

TABELA 01 - Número de Cursos de Graduação e Pós-graduação por área do CNPq - 2008¹⁴

Grande Área do CNPq	Graduação	Pós- graduação	
		Strictu Sensu	Lato Sensu
Ciências Exatas e da Terra	10	15	4
Ciências Biológicas	4	11	2
Engenharias	11	17	17
Ciências da Saúde	12	16	9
Ciências Sociais Aplicadas	12	13	16
Ciências Humanas	12	21	8
Linguística, Letras e Artes	9	3	8
TOTAL	70	96	64

Fonte - elaborada com informações da PROACAD e da PROPESQ

2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL

As mais atualizadas concepções de Universidade consideram de alta relevância o seu papel de indutora, alavancadora e difusora do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Além disso, a Universidade exerce dinâmica e sinergia positiva no espaço geográfico de sua atuação. Por isso, deve estar preparada para, a partir de suas áreas de competência, expandir o ensino e difundir o conhecimento científico e tecnológico no estado de Pernambuco.

A preocupação com políticas e práticas inclusivas é coerente com a responsabilidade social da UFPE e com o novo contexto social que sugere o atendimento às demandas da maioria, em particular, enfatizando-se a necessidade institucional de: democratizar o acesso; fortalecer a educação básica; e propiciar formação permanente aos diversos segmentos da sociedade. No contexto da democratização do acesso, a UFPE tem tomado diversas atitudes, distribuídas em quatro grupos, buscando assim atender às diretrizes da LDB e à crescente demanda social.

Dentro do primeiro grupo de ações, a UFPE oferece condições para o acesso dos alunos mais carentes das escolas públicas¹⁵, através da isenção das taxas de inscrição do vestibular. Esta ação tem atingido em média, durante os anos 2000, 7.250 vestibulandos¹⁶.

¹³ A missão da UFPE foi definida em 2003 dentro do Plano de Desenvolvimento Estratégico Institucional.

¹⁴ Uma lista completa com os nomes dos cursos pode ser vista em www.ufpe.br.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Outra importante ação objetivando democratizar o acesso à Universidade, tem sido a concessão de condições propícias à realização das provas aos portadores de necessidades especiais. Os candidatos que requerem atenção especial são alocados num prédio exclusivo, dispondo de recursos humanos e tecnológicos adequados a sua condição. O universo desses candidatos inclui mães que deram a luz recentemente, enfermos, deficientes físicos, auditivos e visuais, e até distúrbios mentais. Uma equipe treinada fica responsável por esses candidatos, bem como uma ambulância de plantão, com médicos e paramédicos à disposição. O ambiente físico onde eles são alojados procura contemplar o máximo possível de adequação a cada tipo de necessidade.

Uma terceira ação a ser citada são os 10 programas pré-acadêmicos, na forma de cursinhos preparatórios para o vestibular, ofertados nos centros acadêmicos dos *campi* de Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru e, em comunidades populares como Jardim São Paulo, Caetés e Ibura, na região metropolitana do Recife. Tais cursos são monitorados pelas Pró-Reitorias de Extensão e de Assuntos Acadêmicos. Entre os vestibulandos que receberam isenção da taxa do vestibular da UFPE em 2008, constatou-se que aproximadamente 47,5% haviam feito cursinho preparatório em instituição pública, como a UFPE, ou a UPE.

Ainda no campo do acesso à Universidade, desde o ano de 2007 as regras do vestibular também se modificaram para permitir uma maior inclusão social. Dependendo da instituição de ensino da qual é egresso, o candidato pode ser beneficiado por um incentivo de 10% no seu argumento final de classificação. No *campus* Recife, o incentivo é concedido para os alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas municipais ou estaduais localizadas na Região Metropolitana do Recife; e nos *campi* Vitória de Santo Antão e Caruaru, são beneficiados os candidatos de escolas públicas e particulares que cursaram todo o Ensino Médio em estabelecimentos de ensino do interior de Pernambuco.

Os resultados de todas estas políticas têm sido notados no perfil sócio-econômico dos alunos que ingressaram na UFPE entre 2004 e 2008; pois aproximadamente 41,63% dos ingressantes têm renda familiar¹⁷ inferior a R\$1.500,00. Se for considerada a evolução do período, observa-se um aumento da participação destes estudantes no total, de 26,17% a 48,99%.

Mas a entrada do aluno mais carente na Universidade tem que ser pensada de forma conjunta com ações que facilitem a sua permanência, tendo em vista a atenuação das dificuldades encontradas. Neste sentido, são desenvolvidas diversas ações e programas no âmbito do DAE - Departamento de Assistência Estudantil da PROACAD - Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos, entre os quais podem ser destacados: apoio dirigido diretamente ao estudante do Curso de Odontologia, possibilitando o acesso ao instrumental técnico necessário à sua formação profissional; moradia estudantil, com a oferta de 192 vagas masculinas e 80 vagas femininas (ambas em expansão programada até o ano de 2012 para 300 vagas ao todo); bolsa de Assistência Estudantil¹⁸ - em 2008 a UFPE havia 1.215 bolsistas nesta categoria; aulas particulares em domicílio para o ensino fundamental e médio, realizadas pelos alunos da casa do estudante e das licenciaturas diversas; inclusão e cidadania, com preparação de atendimento em libras para alunos com deficiência auditiva.

O Restaurante Universitário é também uma iniciativa que revela a responsabilidade social da Universidade, tendo em vista ajudar na permanência do aluno para conclusão de seu curso. Os trabalhos do restaurante terão início no ano de 2009, em uma nova e bonita construção.

No campo do fortalecimento da educação básica, a UFPE aderiu ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID - com participação inicial em 3 escolas públicas de baixo Ideb (abaixo da média nacional de 3,8) no município de Recife. O público beneficiado será de 4.500 alunos, que contarão com 53 bolsistas de iniciação a docência e 15 professores

¹⁵ Em um processo conduzido pela COVEST (Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos).

¹⁶ De acordo com o Relatório da Comissão de Avaliação de Isenção da Taxa de Inscrição do Vestibular da COVEST.

¹⁷ Famílias que variam de uma a mais de seis pessoas.

¹⁸ As bolsas de Assistência Estudantil são destinadas aos alunos carentes da Universidade. Para o total de bolsas dirigidas aos alunos de graduação da UFPE devem ser somadas ainda as 1.603 Bolsas Acadêmicas e as 1.822 Bolsas de Apoio Administrativo.

Plano de Desenvolvimento Institucional

supervisores, distribuídos em 5 subprojetos: física, matemática, biologia, ciências, e química. O valor total dos projetos é de R\$ 986.000,00.

A UFPE começará a atuar também na formação de professores indígenas do estado de Pernambuco, com a criação do curso de Licenciatura em Educação Intercultural no Campus do Agreste, em julho de 2008. O público alvo do programa é de 180 profissionais que já lecionam nas comunidades indígenas em turmas dos Ensinos Fundamental e Médio. A realização deste curso abre uma nova perspectiva na relação da Universidade com os povos indígenas do estado.

A responsabilidade social da UFPE se estende ainda na direção de auxiliar comunidades carentes no atendimento de solução de conflitos, em busca da disseminação da cultura da paz. Alunos dos Cursos de Direito, Psicologia e Pedagogia da própria Universidade, e mulheres atuantes em lideranças comunitárias, todos serão capacitados para atuação como mediadores neste processo. Trata-se de um Projeto recém aprovado pelo Ministério da Justiça do Governo Federal, dentro do Projeto Pacificar - Fomento à prática da mediação nas faculdades de direito - a ser executado pelo Centro de Ciências Jurídicas, em parceria com o Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem Seccional de Pernambuco (INAMA/PE) e a Federação de Apoio às Instituições Sociais e Escolas Alternativas (FEPEAL).

2.7 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA UFPE¹⁹

A realidade contemporânea é permeada de profundas divergências e ambigüidades, crise de concepções e paradigmas, incertezas e transformações que ocorrem em grande velocidade. A partir dos anos 1980, no momento em que a sociedade se tornou mais complexa com a transnacionalização da economia e dos processos comunicativos e culturais, foi sendo gestada a lógica da privatização, do imediatismo e do utilitarismo. No Brasil, esta nova lógica veio a alterar os projetos de independência e autonomia universitária enquanto política pública; assim como fragilizaram a imagem de universidade.

Os sentidos e os significados dos investimentos na educação superior pública são hoje questionados, sobretudo diante dos níveis de investimentos e desempenho da educação básica. Este questionamento desconsidera o mapa plural das demandas ampliadas do mundo do trabalho, que vem alargando as exigências em relação à qualificação profissional e à uma formação que seja cidadã, mas que também, como capital humano, seja favorecedora do desenvolvimento econômico.

Nesta perspectiva, tornam-se inevitáveis as transformações do trato pedagógico, fazendo-se urgente a exigência de novos sentidos ao que é atribuído como ensino de qualidade. O estudante que chega hoje à universidade tem uma bagagem profundamente diferenciada: por um lado fruto da nova lógica mundial do imediatismo e transnacionalização dos processos comunicativos e culturais; e por outro lado fruto da baixa qualidade da formação da educação básica. Realidade que parece se repetir no ambiente da pós-graduação.

Some-se a estas alterações, a pressão pelo aumento de vagas efetivado através dos programas do governo federal de interiorização, e de reestruturação e expansão das universidades federais para o ensino de graduação (REUNI). Com a implantação destes programas o governo alimenta a expectativa de elevar substancialmente a proporção de alunos matriculados (de 12% para 40%), entre 18 e 24 anos, no ensino superior, como previa o Plano Nacional da Educação.

Outrossim, a Universidade Federal de Pernambuco, como as demais instituições federais de ensino superior, tem o seu financiamento de origem pública, devendo, portanto, ter as suas ações orientadas para atender as demandas de educação superior do país e, em especial, da região Nordeste e de Pernambuco. Neste ambiente, tem o dever de contribuir para a redução

¹⁹ Os desafios ora apresentados são aqueles definidos no Plano Nacional de Educação.

Plano de Desenvolvimento Institucional

dos desequilíbrios regionais, para o que deve estreitar uma rede de colaboração com outras instituições de ciência e tecnologia. Desta forma, as rápidas transformações do mundo contemporâneo reafirmam o papel dessas instituições, a partir da reflexão e da pesquisa, na transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

A renovação do ensino universitário brasileiro requer a reformulação do rígido sistema atual de controles burocráticos, com a efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições universitárias e a permanente avaliação dos currículos, medidas essenciais para que a educação superior enfrente as rápidas transformações da sociedade brasileira.

As universidades federais deverão explorar a capacidade ociosa dos seus recursos com a criação de cursos noturnos, elevando a relação aluno/professor. Essa expansão precisa considerar, entre outros recursos, a infra-estrutura existente, em termos da sua situação atual, que se apresenta com problemas muitos graves de recuperação, por falta de programas do Governo Federal com recursos alocados para essa finalidade.

Destaque-se também a necessidade de melhoria da qualidade do ensino, recorrendo-se à institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar docentes atuantes na educação superior. Maior parcela de recursos da receita vinculada da União deve se destinar ao ensino superior, que é sua função precípua, a fim de garantir-se um financiamento estável das universidades públicas.

Além dos desafios acima, deve-se destacar os seguintes:

- estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância;
- adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação às suas diretrizes curriculares;
- melhorar progressivamente a infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas;
- estimular a consolidação e desenvolvimento de cursos de pós-graduação e da pesquisa, favorecendo ao aumento do número de pesquisadores qualificados na UFPE;
- incentivar a prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem;
- ampliar a abrangência do plano de capacitação dos servidores técnico-administrativos;
- ampliar a oferta e abrangência do público alvo de cursos de extensão, visando a educação continuada de adultos; e
- estimular a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades institucionais.

2.8 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS²⁰

Entende-se que uma universidade tem diante de si múltiplos caminhos que podem ser percorridos. A escolha do caminho depende dos alicerces existentes e do que se quer como universidade. Neste sentido, a UFPE deve ser entendida enquanto:

- academia de formação de novos profissionais e de produção de conhecimento;

²⁰ Os princípios institucionais foram construídos a partir do Planejamento Estratégico e do Relatório do processo de construção do PPPI.

Plano de Desenvolvimento Institucional

- lugar de preservação e disseminação da cultura;
- locus de pluralidade epistemológica e ideológica;
- instância de discussão das grandes temáticas que afligem a sociedade e a vida cotidiana;
- espaço dinâmico de construção da cidadania;
- instituição pública que subsidia as políticas públicas com os seus agentes e com a produção de conhecimento.

Diante disso, a UFPE deve buscar atender aos seguintes princípios:

- garantia da cidadania, assegurando-se liberdade, direitos e responsabilidades (individuais e comunitárias);
- estímulo a ações de cooperação local, regional, nacional e internacional;
- apoio à criatividade, tendo em vista a inovação teórica e aplicada na construção interdisciplinar de conhecimentos;
- respeito à diversidade das pessoas, comunidades, campos disciplinares e ideologias;
- promoção da integridade, honestidade e ética, nas relações interpessoais intra e extra-campus;
- inserção regional, através de políticas direcionadas à inclusão social e à integração com as atividades produtivas e políticas locais;
- garantia do ensino público, de qualidade, e gratuito nas esferas da graduação e pós-graduação acadêmica;
- defesa da autonomia universitária.

2.9 O PERFIL DO EGRESSO

Em um primeiro momento, o perfil do aluno egresso da UFPE foi traçado com vistas a atender de forma geral às especificidades dos três níveis de ensino presentes na instituição: graduação, pós-graduação e extensão, nas modalidades presencial e a distância. Neste sentido, os cursos devem prover uma formação que permita ao aluno desenvolver, principalmente, as seguintes características:

- conduta pautada pela ética e preocupação com as questões sociais e ambientais;
- atuação propositiva na busca de soluções para as questões apresentadas pela sociedade;
- capacidade para promover e respeitar os Direitos Humanos;
- capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa;
- trabalho integrado e contributivo em equipes trans-disciplinares;
- capacidade de aprendizagem continuada.

Além destas, os alunos egressos da graduação e pós-graduação devem apresentar autonomia intelectual, atuação crítica e ética, sintonizada com as necessidades do país, e sólida base científica, humanística e cultural. Para isto se desenvolve nos estudantes as seguintes características:

- capacidade de comunicação e expressão na língua nacional e em língua estrangeira;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas;
- busca de constante aprimoramento científico e técnico;
- domínio de técnicas essenciais à produção e aplicação do conhecimento.

Em adição, para o aluno egresso dos cursos de graduação em particular, considera-se de fundamental importância para a sua formação, que a estrutura curricular possa assegurar o conteúdo específico mínimo de habilidades e competências que caracteriza um profissional da área. Este conteúdo deve se dar através de disciplinas e outras atividades curriculares formais, mas sem se restringir a isto, para que haja um processo constante de aprimoramento formativo de verdadeiros cidadãos, capazes de responder aos constantes desafios impostos pela sociedade contemporânea, em consonância com as Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC.

Outrossim, considerando-se que a Lei nº 9795, de 27/04/1999, regulamenta a importância da participação, em sua formação, de conteúdos que tratem da problemática ambiental, deve-se desenvolver a competência de compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

2.10 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular deve ser concebida como um sistema articulado do saber que, além da transmissão de conteúdos e produção de conhecimentos, permita que o aluno desenvolva habilidades básicas específicas e globais, de atitudes formativas, de análise crítica, de percepção profissional, social e humanística. A estrutura curricular também deve possibilitar ao aluno a ampliação de horizontes de conhecimentos e aquisição de uma visão crítica no seu campo profissional.

A sistemática de auto-avaliação deverá estar presente no projeto dos cursos oferecidos pela UFPE, como forma de acompanhamento contínuo das suas atividades, de modo a manter o padrão de qualidade exigido pela sociedade.

Face às novas tecnologias os cursos poderão optar por ter parte da carga horária/conteúdos ministrados de maneira não-presencial, desde que dentro dos padrões da educação à distância da UFPE. A utilização de parte da carga horária como não-presencial deverá estar prevista no plano de ensino do professor, devidamente aprovado pelo departamento e homologado pelo colegiado do curso. A computação de frequência será verificada mediante o acesso do aluno aos encontros marcados e atividades desenvolvidas. A disciplina que utilizar o apoio de aulas não presenciais deverá ter suas avaliações presenciais.

No caso dos cursos de graduação e pós-graduação, ao estruturar o currículo deve-se considerar como premissas básicas que este currículo deve:

- oferecer possibilidades de trajetórias alternativas para que os alunos possam fazer percursos diferenciados; e
- permitir ao aluno ampla liberdade para definir o seu percurso, garantindo orientação para a escolha.

Para os cursos de graduação, a estrutura curricular deve ainda:

- oferecer condições de acesso simultâneo à sua área profissional e pelo menos uma área complementar; e
- possibilitar o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Plano de Desenvolvimento Institucional

De forma complementar, os cursos de graduação devem elaborar a sua estrutura curricular atendendo aos princípios delineados nas Diretrizes Curriculares específicas. Na prática, as estruturas curriculares dos cursos de graduação deverão reunir um conjunto de *atividades acadêmicas* que lhe possibilitarão a integralização de seu curso. Entendendo-se por atividades acadêmicas, os seguintes componentes curriculares:

- disciplinas de graduação e pós-graduação;
- iniciação à pesquisa, docência, extensão e monitoria;
- estágio curricular;
- publicação de artigos;
- participação com apresentação (oral e/ou pôster) em eventos;
- trabalho de conclusão de curso.

Neste contexto, será considerada como atividade acadêmica toda atividade relevante para que o estudante de graduação adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação. Para que haja o aproveitamento destas atividades é necessária uma prévia autorização do Colegiado do Curso, o qual deve avaliar a importância daquela atividade dentro do projeto pedagógico e do perfil profissional do curso, junto com um processo de acompanhamento e avaliação do desempenho da atividade.

A estruturação do currículo deve conceber um núcleo de formação específica, outro de formação complementar e ainda um terceiro de formação livre.

O núcleo de formação específica deve se constituir da essência dos saberes característicos de uma área de atuação profissional incluindo, além do domínio do curso, o de campos de saber próximos, o qual será estruturado a partir de atividades acadêmicas obrigatórias e eletivas que permitam ao estudante ser considerado apto ao exercício profissional em sua área de conhecimento específico.

O núcleo de formação complementar é opcional e deve oferecer oportunidades de um maior aprofundamento na área ou em alguma subárea do conhecimento, ou ainda formação interdisciplinar em áreas afins, inclusive com a possibilidade de emissão de certificado quando forem atendidas condições pré-estabelecidas. Para operacionalização do núcleo complementar devem ser elaboradas pelo colegiado as opções de trajetória, mas também devem ser admitidas propostas apresentadas por estudantes, sob orientação de um professor (tutor) que permitam uma formação complementar aberta, desde que seja mantida uma conexão conceitual com a linha básica de atuação do curso. Para isto é fundamental a presença do professor orientador. Este núcleo não deverá ser obrigatório, ficando a critério do colegiado do curso dentro das possibilidades de disponibilidade de docentes.

O núcleo de formação livre deve ser de escolha exclusiva do estudante, inclusive como forma de enriquecimento cultural, permitindo que ele faça escolhas com base em interesses individuais. Será permitido ao aluno obter créditos em quaisquer atividades acadêmicas curriculares da própria universidade ou de instituições a ela conveniadas (nacionais e internacionais).

Os cursos poderão estipular em sua carga horária uma parcela para atividades acadêmicas que serão creditadas aos alunos que assim optarem em seu perfil de formação estudantil. Deverá ser oferecida a orientação para que a carga horária estabelecida para tais atividades não seja concentrada em um único tipo de atividade, mas para que ela seja distribuída de forma ampla.

O núcleo de formação específica deve utilizar no mínimo 50% da carga horária plena, enquanto o núcleo de formação livre não deve exceder 10%.

As novas diretrizes curriculares ainda apontam para a necessidade do profissional do futuro dominar as técnicas da realização de pesquisas científicas, fator primordial para o desenvolvimento da nação e para o prepara à carreira docente. A inclusão de uma disciplina

de Metodologia do Trabalho Científico é ponto importante para os cursos que desejam profissionais melhor preparados.

2.11 REQUISITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO

Para que esta proposta curricular seja implementada é necessário que alguns pontos sejam observados:

- o número de pré e co-requisitos das disciplinas deve ser minimizado, para que os alunos possam ter mais opções de trajetórias individuais;
- institucionalização da orientação acadêmica;
- existência de disciplinas comuns entre a graduação e a pós-graduação;
- reposição adequada do corpo docente e técnico-administrativo em função da demanda das atividades acadêmicas oferecidas;
- existência de sistema acadêmico flexível que permita o registro das diversas atividades acadêmicas previstas e dos diferentes percursos escolhidos;
- auto-avaliação sistemática do projeto do curso, do corpo docente e dos processos de ensino-aprendizagem;

No tocante ao ensino de graduação, é importante que o aluno escolha livremente as disciplinas do núcleo de formação livre, para que o mesmo não fique submetido aos pré-requisitos normalmente exigidos para os alunos do curso para o qual a disciplina foi concebida. No entanto, cada colegiado de curso poderá restringir as disciplinas que receberão alunos de outros cursos.

3. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO

A definição da política do ensino de graduação da UFPE é discutida na Câmara de Graduação, colegiado ligado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgãos consultivos e deliberativos. A Câmara é constituída pelo presidente, que é o Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos (PROACAD), e representantes dos Centros Acadêmicos da Universidade.

3.1.1 EVOLUÇÃO RECENTE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UFPE

O número de cursos de graduação ofertados pela UFPE cresceu de forma mais acentuada durante a década de 1990, quando passou de 46 para 62 cursos, permanecendo com este número até seu o processo de interiorização, iniciado no ano de 2006, com a criação dos *campi* de Caruaru e Vitória de Santo Antão. Neste momento a UFPE ampliou a sua oferta de cursos para 70, expandindo o número de matrículas de 24.111 para 25.947²¹. Dentro do Projeto Reuni para ingresso no semestre letivo 2009.1, com vestibular realizado em 2008, foram criados 10 novos cursos no campus do Recife²², com o preenchimento de 210 novas vagas diurnas e 160 vagas noturnas.

A taxa de sucesso da graduação durante os anos 2000 variou entre 59% e 69%, apresentando uma pequena queda nos anos mais recentes. Este fato tem preocupado os setores acadêmicos da Universidade e estudos sobre evasão e retenção têm sido realizados buscando compreender o processo em profundidade e minimizar o problema. Ações no sentido de instituir o jubramento, de monitorar a evasão, e de estimular a ação do Coordenador do Curso junto ao aluno. Além destas, diversas ações de auxílio direcionadas ao aluno foram pensadas, como a ampliação do programa de bolsas e de moradia estudantil.

As avaliações realizadas no âmbito do MEC, primeiro com o provão, entre 1998 e 2003, e depois com o ENADE, entre 2004 e 2007²³ foram sempre positivas para a UFPE. Para os anos mais recentes destacam-se alguns conceitos na TABELA 2 abaixo, juntamente com o Conceito Preliminar de Curso (CPC) estabelecido para os cursos da área de saúde, cujas avaliações foram realizadas em 2004 e 2007. Para este caso, todos os Cursos tiveram suas Portarias de Renovação de Reconhecimento publicadas, ratificando-se assim o CPC atribuído.

²¹ Todos estes dados estão disponíveis para livre acesso nos Indicadores Institucionais na página da UFPE.

²² Arqueologia, Ciências Atuariais, Ciência Política/Relações Internacionais, Cinema, Dança, Eng. de Alimentos, Eng. de Energia, Gestão da Informação, Museologia, e Oceanografia.

²³ Os resultados do ENADE 2008 não foram divulgados até a fase de elaboração deste documento.

Plano de Desenvolvimento Institucional

TABELA 2 - Número de Cursos por Conceito ENADE e CPC - 2004-2007

Conceito ENADE	2004	2007		2005	2006
		ENADE	CPC		
1	1	1	-	-	-
2	2	1	-	-	4
3	2	3	4	17	5
4	4	4	5	17	12
5	2	2	1	0	6
TOTAL	11	11	10	34	27

Fonte - Enade resultados - www.inep.gov.br. Obs. O curso de Serviço Social ficou sem conceito devido ao boicote ao ENADE realizado pelos alunos.

3.1.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

A concepção de currículo da UFPE²⁴ define que a estrutura curricular de cada curso deva ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados no Projeto Pedagógico Institucional e nas diretrizes curriculares específicas. Para qualquer realidade, todavia, esta concepção considera que a estrutura curricular deva assegurar o conteúdo específico mínimo da área, alternativas de trajetória e ampla liberdade de escolha.

Os currículos devem ser concebidos como um sistema articulado, permitindo que, além da transmissão de conteúdos, o aluno “desenvolva habilidades básicas específicas e globais, de atitudes formativas, de análise crítica, de percepção profissional, social e humanística”. Deve ainda o aluno se formar com uma visão crítica do próprio campo profissional.

As atividades acadêmicas (iniciação à pesquisa, docência, extensão e monitoria; estágio curricular; publicação de artigos; participação com apresentação em eventos; e disciplinas da pós-graduação) devem também ser consideradas na grade curricular, além das tradicionais disciplinas. Para cada uma dessas atividades, entretanto, é importante que haja uma prévia regulamentação do Colegiado do Curso.

As atividades, tradicionais e não tradicionais, devem se adequar a uma estrutura curricular, orientada da forma como resumida no QUADRO 1 a seguir. O Quadro apresenta, para cada núcleo de formação, o conteúdo associado e a proporção de carga horária exigida, mínima e máxima.

QUADRO 1 - Conteúdo e proporção da carga horária do curso, por núcleo de formação

Núcleo de Formação	Conteúdo	Proporção da Carga Horária no Curso	
		Mínima	Máxima
Específica	Área do domínio do curso e de campos próximos	50%	100%
Complementar	Opcional, aprofundamento na área ou sub-área de conhecimento; formação interdisciplinar	0%	Não definida
Livre	Interesses individuais e/ou enriquecimento cultural	0%	10%

²⁴ Esta concepção foi definida de forma altamente participativa no Projeto Pedagógico Institucional: diretrizes para reforma curricular.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Fonte - Relatório de Avaliação Institucional da CPA, 2006; a partir do Projeto Pedagógico Institucional: diretrizes para reforma curricular, 2003.

As resoluções que tratam sobre o assunto estão discriminadas no QUADRO 2 seguinte. Estas resoluções disciplinam o tema; e organizam e estruturam administrativamente os órgãos e ações ligadas aos cursos de graduação.

QUADRO 2 - Resoluções relativas à concepção de currículo e ao arranjo organizacional das esferas que tratam da concepção de currículo

Resolução CCEPE	Dispõe sobre
06/2005	Procedimentos para creditação de atividades de pesquisa, extensão e monitoria nos Cursos de Graduação da UFPE
01/2006	Procedimentos para alteração dos currículos dos Cursos de Graduação da UFPE
02/2003	Administração da Graduação na Universidade e dá outras providências
07/2005	Fixa normas para a realização da solenidade de colação de grau dos concluintes dos cursos de graduação e pós-graduação.

Fonte - Resoluções do CCEPE disponíveis na página da PROACAD

A Atividade de estágio na UFPE não tem carga horária prévia definida, ficando isto a cargo dos colegiados e das diretrizes curriculares de cada curso. Mas o desenvolvimento da atividade pelo aluno, na UFPE, ou em qualquer instituição privada ou pública, encontra-se plenamente regulamentada pela Resolução 02/1985 do CCEPE²⁵. Esta regulamentação já cumpria às exigências da nova lei de estágio do governo federal.

3.1.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem da graduação é regida pela Resolução 04/1994 do CCEPE (Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão), que define “aprovação por média”, “aprovação”, “reprovação” e “reprovação por falta” como as possíveis situações de histórico do aluno. Regula ainda o sistema de revisão de prova, de realização de segunda chamada, entre outras especificidades. O Sistema Acadêmico da Universidade, o SIG@, em seu módulo de ensino de graduação, garante o cumprimento da Resolução, garantindo ainda ao aluno a privacidade dos resultados.

A Resolução abrange aspectos de:

1) Frequência: considerando-se “reprovado por falta” o aluno que não tiver comprovada sua participação em pelo menos 75% das aulas (teóricas ou práticas), ou das avaliações parciais de aproveitamento escolar. No que se refere às avaliações, pode ser concedida 2ª chamada para uma das avaliações parciais especificadas no plano de ensino da disciplina, ou para o exame final.

2) Aproveitamento: ao longo do período letivo, mediante verificações parciais (pelo menos duas), sob forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, seminários, e outros. E ao fim do período letivo, depois de cumprido o programa da disciplina, mediante verificação do aproveitamento de seu conteúdo total, sob a forma de exame final. A avaliação é expressa em graus numéricos de 0,0 a 10,0.

²⁵ O documento com as informações gerais sobre a atividade de estágio na UFPE está disponível em www.proacad.ufpe.br/dca/apoioacad.html.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Para uma frequência superior a 75% o aluno pode ser “aprovado por média” (média parcial igual ou superior a 7,0); “aprovado” (média parcial inferior a 7,0 e superior a 3,0); ou “reprovado” (quando não se observa nenhuma das situações anteriores). O aluno tem direito de requerer até duas revisões de julgamento de uma prova ou trabalho escrito, por meio de pedido encaminhado ao coordenador do curso.

O estágio curricular e as disciplinas que envolvem: elaboração de projetos, monografias, trabalho de graduação ou similares; têm critérios de avaliação definidos pela Resolução nº. 02/85 do CCEPE e pelos respectivos Colegiados do Curso, respectivamente.

3.1.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

A política institucional direcionada às práticas pedagógicas inovadoras para os cursos de graduação se dá em diferentes linhas, com aplicabilidades diversas nos cursos da Universidade. Em sua grande maioria são conduzidas pela PROACAD, mas há também aquelas dirigidas pela PROPEAQ ou PROEXT. As práticas pedagógicas institucionais direcionadas para todos os cursos são: a iniciação científica (inclusive com a realização de um congresso anual), conduzida pela PROPEAQ; dos grupos PET (6 grupos PET), coordenados pela PROACAD; da atividade de monitoria, dirigida pela PROACAD; dos projetos de extensão, conduzidos pela PROEXT; mobilidade estudantil; e disciplinas institucionais. Registre-se que as quatro primeiras delas são amparadas por um processo de seleção para distribuição de bolsas, contando também com a certificação voluntária.

Existem as práticas direcionadas para algumas áreas em especial, como é o caso das áreas exatas e engenharias, para as quais foram instituídas as disciplinas introdutórias. Estas disciplinas são optativas, e têm foco nos estudantes com dificuldade para acompanhar as disciplinas iniciais destes cursos.

Existem as práticas que se guiam pelas diretrizes curriculares: estágio; projeto; monografia. E ainda aquelas práticas particulares à iniciativa do professor e das especificidades de cursos e disciplinas, como as excursões didáticas; a ampliação da utilização de recursos áudio visuais em sala de aula; e a crescente utilização de laboratórios de informática no ensino.

E ainda aquelas que integram o estágio na docência com o objetivo social de diminuir o *gap* entre os alunos da rede pública e privada. Os cursos pré-acadêmicos ofertados pela UFPE, em que estudantes das licenciaturas e alguns bacharelados, mediados por docentes, ensinam e preparam os estudantes de origem popular para que possam concorrer ao processo seletivo das Universidades, é um bom exemplo desta política.

O modelo dos *campi* de Caruaru e Vitória de Santo Antão, também são um bom exemplo de prática pedagógica inovadora, ao privilegiarem uma estrutura organizada em Núcleos e permitir uma maior aproximação entre as áreas do conhecimento, e conteúdos curriculares mais contextualizados à realidade social.

3.1.5 APOIO FINANCEIRO À MELHORIA DOS CURSOS²⁶

De 1999 a 2008 a UFPE implementou uma política de apoio financeiro à melhoria do ensino da graduação, através de editais específicos dirigidos à área. Os editais visavam apoiar projetos direcionados a corrigir as deficiências identificadas no ensino de uma (ou um conjunto de) disciplina/atividade de um curso, procurando atender sempre às recomendações das novas diretrizes curriculares, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2005 os editais se modificaram um pouco na forma, mas os objetivos e princípios permaneceram os mesmos, apenas se diferenciando pelo turno (no sentido de favorecer aos turnos noturnos), pelas licenciaturas e por ajudas específicas à editoração de livros textos

²⁶ Este apoio é adicional ao custeio das Coordenações de Curso.

Plano de Desenvolvimento Institucional

produzidos no âmbito da Universidade. A TABELA 3 abaixo traz o volume total de investimento realizado entre os anos de 2005 e 2008.

TABELA 3 - Número de Projetos e Valor do Investimento para Melhoria do Ensino - 2005 a 2008

Tipo de Investimento	Nº de Projetos	Valor Total do Investimento
Livro Texto	16	70.000,00
Cursos Noturnos	13	600.000,00
Cursos Graduação	98	750.000,00
Licenciaturas	22	390.000,00
TOTAL	149	1.810.000,00

Fonte - elaborado a partir de dados da PROACAD

3.1.6 DIRETRIZES PARA EXPANSÃO E MELHORIA DE QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

É preciso desenvolver uma política de ensino de graduação na UFPE que valorize as necessidades regionais de formação profissional e, neste sentido, deve-se ampliar tanto a sua área de atuação acadêmica quanto o número de vagas ofertadas. Este crescimento, entretanto, deve vir acompanhado de melhoria da qualidade dos cursos, assim como de um acompanhamento preciso da evasão e retenção escolar e de ocupação das vagas ociosas.

A melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UFPE passa pela criação de ambiente e mecanismos adequados para que o aluno tenha acesso ao conhecimento humano contextualizado, e à sua construção. Sendo assim, os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem refletir articulação entre teoria e prática reflexiva; e entre criatividade e formação de competências e habilidades. Neste contexto, deve estar prevista a ampliação do uso de práticas pedagógicas inovadoras e o acesso ao trabalho interdisciplinar e coletivo.

Para alcançar estes parâmetros básicos, estão previstas diversas ações direcionadas ao ensino de graduação:

- criar novos cursos, e expandir o número de vagas em cursos existentes;
- introduzir cursos rápidos e seqüenciais;
- ampliar a participação dos estudantes em programas de mobilidade estudantil;
- promover a integração dos projetos pedagógicos de curso às diretrizes curriculares e ao projeto pedagógico institucional;
- realizar avaliação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem de forma ampla (docente, disciplina, sistemas de avaliação, etc.);
- implantar um sistema de jubramento;
- incentivar a participação docente nos cursos de renovação do exercício da prática pedagógica;
- estimular o intercâmbio com outras instituições de ensino e organismos culturais do Nordeste para efeito de integralização da carga horária livre e das atividades complementares;
- realizar pesquisa junto a estudantes egressos e mercado de trabalho;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- aumentar o apoio de manutenção acadêmica e assistência estudantil;
- criar sistemática para acompanhamento dos alunos retidos ou com potencial para retenção por parte dos coordenadores de curso;
- consolidar o sistema de ocupação de vagas ociosas através de mobilidade interna e ingresso extravestibular;
- reformular e implementar a política institucional para os estágios curriculares;
- ampliar o impacto da política de mobilidade estudantil e de intercâmbio internacional;
- estimular processos de auto-avaliação de curso, criando e divulgando uma sistemática básica destes processos.

3.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A política de pós-graduação da UFPE é definida no âmbito da Câmara de Pós-graduação, órgão ligado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. O Pró-Reitor da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ), instância de implementação da política, preside as reuniões desta Câmara.

3.2.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPE

O ensino de Pós-Graduação *stricto sensu* na UFPE teve início em 1967 com a implantação de quatro cursos de Mestrado (Economia, Sociologia, Matemática e Bioquímica). O crescimento do sistema ocorreu, inicialmente, devido ao aumento do número de Mestrados e, a partir de 1990, pela implantação de Doutorados em todas as áreas do conhecimento. Nos últimos cinco anos (entre 2004 e 2008), em resposta à demanda da sociedade e ao estímulo da CAPES, tiveram início cinco mestrados profissionais. Atualmente este sistema compreende 52 cursos de mestrado acadêmico, 5 de mestrado profissional e 38 de doutorado. O número de alunos no período cresceu em aproximadamente 16%, chegando a 4.287 em 2008²⁷.

Evidência de melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação pode ser apresentada pelo conceito Capes, conforme se observa na TABELA 4 a seguir. Houve principalmente uma diminuição de cursos com conceito 3 ou 4 e aumento de cursos com conceito 5.

TABELA 4 - Proporção (%) de programas por conceito da Capes da UFPE - triênios 2001/2003 e 2004/2006

Conceito	Período de Avaliação			
	2001-2003		2004-2006	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2	1,9	-	-	
3	23,5	12,5	18,0	7,7
4	41,2	34,4	36,0	33,3
5	27,5	43,8	40,0	51,3
6	3,9	6,3	4,0	5,1
7	1,9	3,1	2,0	2,6

²⁷ Indicadores Institucionais, de acordo com informações da PROPESQ.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Fonte - elaborado com dados da PROPESQ. Não foram computados os cursos ainda não avaliados e os programas recomendados.

A Pós-Graduação *lato sensu* vem apresentando também um crescimento importante, com oferta de cursos em todos os Centros Acadêmicos da UFPE. Os processos de Projetos de Cursos são analisados na Diretoria de Pós-graduação, cuja tramitação se baseia no “Documento Básico de orientação para formulação e tramitação de Projetos de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (especialização) da UFPE” em convênio com a FADE-UFPE. Só em 2008 foram iniciados 48 cursos para um total de aproximadamente 1.895 alunos²⁸; dentre estes cursos iniciados 19 corresponderam à criação de novos cursos, com a oferta de 836 novas vagas.

3.2.2 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

O “Sistema de Pós-Graduação *stricto sensu*” da UFPE está regulamentado através da Resolução nº 10/2008 do CCEPE, que estabelece normas para a criação, coordenação, organização e funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade. De acordo com a resolução, eles devem ser estruturados em área(s) de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa articulados e coerentes entre si.

3.2.2.1 Organização Acadêmica

As políticas e decisões para a pós-graduação da UFPE, *stricto sensu* ou *lato sensu*, são definidas no âmbito da Câmara de Pós-graduação (CPG), órgão colegiado consultivo e deliberativo. A CPG é presidida pelo Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) da UFPE e tem como vice-presidente o seu Diretor de Pós-Graduação. Os demais membros (todos com mandato de dois anos) são indicações dos programas de pós-graduação, a partir de suas áreas de conhecimento.

Devido à sua participação no convênio PROF/CAPEs, a UFPE tem uma Comissão de Planejamento e Gerência do Programa de Fomento de Pós-Graduação da UFPE, a CPG/PROF. Esta comissão tem competência para deliberar, planejar e gerir os recursos da pós-graduação²⁹, bem como acompanhar a execução do Plano de Trabalho Bienal elaborado por cada Programa de Pós-Graduação.

Cada programa de pós-graduação tem um coordenador e um vice-coordenador, apoiados por um colegiado de curso, consultivo e deliberativo, composto pelos professores do programa e por representação discente. Ao colegiado cabem as funções de coordenar, orientar e acompanhar o funcionamento acadêmico, pedagógico, didático e orçamentário do Programa.

3.2.2.2 Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de pós-graduação é constituído de Docentes Permanentes, Colaboradores e Visitantes, depender da condição de dedicação ao programa e de vínculo com a UFPE. Para ser docente de um PPG, independentemente da categoria, deve-se atender a critérios de titulação (possuir título de Doutor ou Livre Docência); de produção científica (considerada relevante pelo Colegiado do Programa); e de disponibilidade para lecionar disciplinas e orientar alunos do Programa. A manutenção do docente no Programa se guiar por um processo de avaliação sobre os relatórios enviados a CAPEs, considerando-se aspectos de dedicação às atividades de ensino, orientação, reuniões do colegiado, e a resultados de publicação e de coordenação de projetos aprovados por agências de fomento.

²⁸ Os dados estão disponíveis na página da PROPESQ. O número aproximado de alunos corresponde ao número total de vagas criadas.

²⁹ De acordo com o estabelecido pela Portaria nº 64, de 18 de novembro de 2002, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPEs).

3.2.2.3 Criação de Novos Programas

A criação de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* pode ser originária de Departamentos, Centros Acadêmicos da UFPE, ou grupos de docentes/pesquisadores, vinculados a diferentes unidades acadêmicas. A proposta de criação deve se adequar ao modelo estabelecido pela CAPES, a partir das recomendações do comitê de área. Deve apresentar ainda a estrutura curricular, conforme modelo estabelecido pela PROPESQ, uma proposta de Regimento Interno do Programa, e um parecer de comissão de avaliação da proposta, composta por relatores da CPPG e externo a UFPE.

A análise do projeto de criação do novo curso, por qualquer uma das instâncias da Universidade, se baseia em critérios de qualificação do corpo docente para a área ou áreas de concentração do curso; na tradição em pesquisa, com produção acadêmico-científica ou artístico-cultural relevante, na área objeto do curso proposto; e adequação da infra-estrutura para o funcionamento regular do curso.

3.2.2.4 Organização curricular

Os cursos de Mestrado terão duração mínima de um ano e máxima de dois anos; e o Doutorado, duração mínima de dois anos e máxima de 4 anos, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de dissertação ou tese. Há a possibilidade de prorrogação em um ou outro caso, desde que plenamente justificada; e a possibilidade de desligamento do aluno do programa, caso este ultrapasse o tempo máximo para conclusão ou obtenha duas reprovações em disciplinas; e no caso específico do doutorado seja reprovado no exame de qualificação ou pré-banca, de acordo com o regimento interno do Curso.

As disciplinas são categorizadas em obrigatórias (núcleo mínimo) e eletivas (formação complementar dentro da área de concentração), sendo computadas em número de créditos. A unidade de crédito corresponde a quinze horas de aulas, teóricas ou práticas. Cabe aos colegiados estabelecer o número de créditos necessários à integralização da estrutura curricular do curso, não podendo ser inferior a vinte e quatro.

3.2.2.5 Seleção e Admissão

A seleção para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPE é pública e regulamentada por Edital de Seleção e Admissão, sempre divulgado, assim como seus resultados, na página eletrônica do Programa. São candidatos portadores de diploma ou de certificado de cursos de graduação plena, reconhecidos pelo Ministério da Educação ou autorizados pela UFPE. Cada Edital de Seleção e Admissão determina quais diplomas de graduação são aceitos e quais pré-requisitos são necessários à participação na respectiva seleção.

O número de vagas oferecidas para cada turma de Mestrado e Doutorado é definido pelo Colegiado, considerando as recomendações da CAPES/MEC. A seleção pública de alunos para os cursos novos só será realizado após recomendação do curso pela CAPES/MEC, respeitando o número de vagas definido no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN). A seleção de alunos estará vedada quando o curso tiver obtido conceito inferior a três na última avaliação do triênio realizada pela CAPES/MEC.

3.2.2.6 Processo de Avaliação

Para obtenção de créditos e aprovação em disciplinas ou atividades acadêmicas é exigida a frequência mínima de 2/3 da carga horária correspondente. O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do curso é avaliado por meio de provas, trabalhos de pesquisa individual

Plano de Desenvolvimento Institucional

ou por outro processo, a critério do docente responsável, de acordo com a seguinte classificação: A - excelente, com direito a crédito; B - bom, com direito a crédito; C - regular, com direito a crédito; D - insuficiente, sem direito a crédito.

Os resultados da avaliação em cada disciplina deverão ser entregues antes do início do período letivo subsequente, cabendo ao Colegiado determinar os casos excepcionais. É da responsabilidade dos docentes o lançamento dos conceitos da disciplina no SIG@Pós.

3.2.2.7 Trabalho Acadêmico

A Dissertação e a Tese constituem-se em trabalho final de pesquisa com caráter individual e inédito. A Tese deverá refletir a importância de sua contribuição para a área de conhecimento e a sua originalidade. Compete ao colegiado estabelecer a forma admitida de composição e formatação de dissertação e tese a ser apresentada ao programa, observada resolução específica do CCEPE.

A Dissertação ou Tese será encaminhada ao Colegiado do Programa, após ser considerada pelo orientador em condições de ser examinada, para designação de comissão examinadora. Havendo parecer contrário do orientador, o discente poderá requerer ao Colegiado o exame de seu trabalho.

O Colegiado designará relator ou comissão para opinar sobre problemas metodológicos ou éticos da Dissertação ou Tese. A apresentação da dissertação ou tese, perante comissão examinadora, terá caráter público e será amplamente divulgado nos meios científicos ou artísticos pertinentes.

A Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 04 (quatro) examinadores, devendo pelo menos 01 (um) deles ser externo ao Programa. A participação do orientador ou do co-orientador na Comissão Examinadora será na forma prescrita pelo Regimento Interno do Programa.

A Comissão Examinadora e os suplentes serão escolhidos pelo Colegiado, observando-se a relação entre a produção científica e o tema do trabalho acadêmico, e homologada pela PROPEAQ. A Comissão Examinadora da Tese de Doutorado será composta por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 07 (sete) examinadores, devendo pelo menos 02 (dois) deles serem externos ao Programa. Encerrado o exame, a Comissão Examinadora, em sessão secreta, deliberará sobre o resultado atribuindo ao trabalho do candidato ao grau de Mestre ou Doutor apenas uma das seguintes menções: aprovado; reprovado; em exigência. Estando em exigência, as modificações na Dissertação ou na Tese indicadas pela Comissão Examinadora, o candidato terá até 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas e, nesse caso, constará na ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a aprovação está condicionada à avaliação da nova versão segundo procedimento prescrito no Regimento Interno do Programa. Decorridos os 90 (noventa) dias, conforme prescrito no parágrafo anterior, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

3.2.3 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

O “Sistema de Pós-Graduação lato sensu” da UFPE está regulamentado através da Resolução nº 02/2006 do CCEPE, que estabelece normas para a criação, coordenação, organização e funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização).

3.2.3.1 Criação e Aprovação dos Cursos

Compete às Câmaras de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) a autorização e a supervisão dos cursos de pós-graduação

Plano de Desenvolvimento Institucional

lato sensu, que podem ser propostos e estar vinculados a departamentos ou a conselhos departamentais. A autorização dos cursos pelas CPPG leva em consideração os seguintes elementos: relevância dos objetivos e viabilidade do projeto; atualidade e adequação do conteúdo programático das disciplinas oferecidas; qualificação do corpo docente na área de conhecimento do curso; infra-estrutura para o funcionamento regular do curso; e orçamento para a manutenção das atividades do curso.

Compete à PROPESQ e à PROPLAN (observação dos aspectos administrativos e financeiros do curso) a fiscalização e o acompanhamento da execução de cada um dos cursos, por meio de avaliações periódicas e finais. À CPPG compete a aprovação do relatório final do curso, com base em relatório encaminhado pela PROPESQ, relativo aos aspectos acadêmicos e, instruído com parecer da PROPLAN, quanto aos aspectos administrativos e financeiros do curso.

3.2.3.2 Coordenação

Cada curso contará com um Coordenador e um Vice-Coordenador, docentes ativos do Quadro Permanente desta Universidade, com a titulação acadêmica mínima de Mestre. O Coordenador do Curso deve organizar calendário; matrícula; recursos materiais e financeiros; fiscalizar o cumprimento das atividades de ensino; articular-se com o Colegiado Maior do órgão proponente, com a CPPG do respectivo Centro e com a PROPESQ; apresentar ao Colegiado Maior do órgão proponente, no prazo estipulado, os relatórios parciais e finais das atividades do curso; assinar os certificados de conclusão do curso emitidos pela PROPESQ; cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso.

3.2.3.3 Corpo Docente

O corpo docente de cursos de pós-graduação *lato sensu* deverá ser constituído, por, pelo menos, 75% de professores portadores de título de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido. Ao final do curso o coordenador realizará avaliação do trabalho desenvolvido por cada membro do seu corpo docente, com base nos questionários expedidos pela PROPESQ e respondidos pelos alunos ao final de cada disciplina.

3.2.3.4 Organização e Funcionamento

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* tem duração mínima de 6 (seis) meses e máxima de 2 (dois) anos, incluindo o tempo do trabalho de conclusão, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas. O número máximo de alunos é sessenta, não sendo admitido trancamento do curso.

A admissão nos cursos se dá mediante processo de seleção, para o qual podem concorrer portadores de diplomas ou de certificados de conclusão de cursos de graduação reconhecidos pelo MEC nas áreas indicadas no projeto de curso. Além dos documentos previstos na resolução em voga, o projeto do curso deve eleger critérios e a forma do processo de seleção.

O aproveitamento nas disciplinas e em outras atividades do curso será avaliado por meio de provas, trabalhos de pesquisa individual ou outros processos, a critério do docente responsável pela disciplina. A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina ou atividade acadêmica e nota final não inferior a 7 (sete) nas disciplinas e na Monografia ou Trabalho de Conclusão.

A Monografia ou Trabalho de Conclusão do Curso, deve ter a forma definida no projeto do curso e ser entregue até o período máximo previsto para a sua realização, contando com o apoio de um orientador, docente integrante do mesmo curso, com titulação mínima de mestre.

3.2.4 PROFESSOR VISITANTE

A política de contratação de professor visitante da UFPE está definida na Portaria nº 21/2006, do Gabinete do Reitor. O quantitativo anual de vagas oferecidas é definido pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, observada a disponibilidade orçamentária.

O processo seletivo é feito mediante abertura de edital, publicado no Boletim Oficial da UFPE e disponibilizado na página da PROPESQ. São itens constantes do edital: número de vagas, período de apresentação dos projetos, critérios, requisitos e documentação necessária para o processo seletivo, entre outros.

A proposta de contratação deve estar relacionada a um Projeto de Pesquisa vinculado às linhas de pesquisa do PPG ao qual estará vinculado; conter Plano de Trabalho a ser desenvolvido pelo Professor Visitante durante sua permanência na UFPE; contextualizar a linha de pesquisa à qual o Projeto esteja vinculado com relação à possibilidade de captação de recursos oferecidos por agências nacionais, Fundos Setoriais e programas de apoio à pesquisa do Governo Federal e do Estado de Pernambuco; e conter o *curriculum vitae* atualizado do professor visitante, destacando sua produção intelectual;

As propostas são analisadas por comitês de avaliação, mediante análise comparativa, considerando os blocos distintos de cursos consolidados e cursos em consolidação. Os critérios de avaliação consideram: o impacto da proposta na melhoria do desempenho do programa; a abrangência da proposta em relação a áreas, pesquisadores e estudantes beneficiados; a viabilidade do cronograma de atividades do PV face ao período de permanência e a infraestrutura do PPG. É ainda critério de seleção, no caso de professor visitante estrangeiro, a proficiência comprovada em português.

3.2.5 ESTÁGIO DOCÊNCIA

O estágio docência é uma atividade curricular facultada aos estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em vigor desde novembro de 1999. O estágio é estimulado através de atividades de ensino, a serem desenvolvidas na educação básica e na educação superior de graduação da Universidade.

3.2.6 DIRETRIZES PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Da mesma forma que nos cursos de graduação, tendo em vista atender às expectativas regionais de formação profissional e geração de conhecimento, faz-se necessário ampliar as áreas de atuação acadêmica da pós-graduação na UFPE. Nesta direção atua também a necessidade de ampliação de possibilidades de formação continuada para o aluno egresso da graduação. Mas, mais uma vez, este crescimento deve vir acompanhado de melhoria da qualidade dos cursos; uma melhoria que deve ser compartilhada com o ensino de graduação, através de uma integração sinérgica, possível através do cumprimento dos objetivos institucionais.

Para isso, algumas ações foram definidas na direção da Pós-graduação *stricto-sensu* e da Pós-graduação *lato sensu*:

Pós-graduação *stricto-sensu*:

- estimular a criação de novos cursos de mestrado profissionalizante;
- avaliar o sistema de distribuição e concessão de quotas de bolsas e recursos de fomento para os Programa de Pós-Graduação;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- vincular a política institucional no âmbito da PROPESQ ao relatório de execução do plano de trabalho bienal dos programas de pós-graduação;
- criar sistemática que objetive supervisionar a distribuição do orçamento, custeio e capital, informado à PROPESQ por cada programa;
- criar indicadores de avaliação de desempenho da pós-graduação para efeito de avaliação de sua consonância com os objetivos institucionais e os parâmetros definidos no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior);
- realizar fórum de pós-graduação (docentes e consultores de outras universidades e centros de pesquisa do País) para avaliar os programas da UFPE, segundo os critérios da CAPES e os indicadores criados institucionalmente;
- expandir o sistema de bolsas de iniciação científica e criação de bolsas de iniciação à docência;
- consolidar um programa institucional de Tutores de Ensino.

Pós-graduação *lato sensu*:

- informatizar e aperfeiçoar os procedimentos de submissão de propostas e respectivos formulários;
- adequar os espaços físicos, para permitir um melhor atendimento ao público.
- Aperfeiçoar do Sistema Básico de Orientação para a Formulação de Projetos de Cursos e Tramitação dos Processos, em conjunto com FADE, PROPLAN, PG e Controladoria no sentido de auxiliar os professores.
- Divulgar sistematicamente as informações relativas aos Projetos aprovados na Página da PROPESQ.
- Assessorar as Coordenações dos Cursos, de forma a reduzir os prazos para emissão dos diplomas.
- Regularizar o envio dos relatórios parciais e finais dos Cursos.

3.3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A política de Educação à Distância (EAD) na UFPE é desenvolvida a partir da Assessoria de Educação a Distância, órgão ligado ao Gabinete do Reitor. Esta assessoria atua na articulação de ações para o desenvolvimento da educação à distância e aprecia projetos e documentos sobre o assunto. É o órgão que representa a instituição nos fóruns e organismos governamentais e não governamentais sobre EAD.

A EAD na UFPE é considerada parte integrante das políticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo inserida no conjunto de ações desenvolvidas pela instituição. Para a gestão de suas atividades, este sistema conta com a Coordenação de EAD, que se articula com as Pró-Reitorias e Centros Acadêmicos, de acordo com as especificidades de cada ação, no sentido de favorecer a articulação e a integração das iniciativas da área na estruturação acadêmica existente.

3.3.1 EVOLUÇÃO RECENTE

A UFPE está integrada ao Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil, tanto para a graduação quanto para a pós-graduação. Para a pós-graduação há previsão de início da oferta de cursos apenas para o ano de 2009; e para a graduação, que teve início em 2008, há a oferta de 200

Plano de Desenvolvimento Institucional

vagas para o Curso de Licenciatura em Letras - Português, nos pólos de Ipojuca, Limoeiro, Pesqueira e Trindade, todos municípios do estado de Pernambuco. Esses pólos foram contemplados pela UAB com laboratórios de informática e conexão internet, quando necessário. Ainda está em curso a disponibilização por parte da UAB do material bibliográfico para compor o acervo exigido pelo Curso.

O Curso de Letras é coordenado pelo Departamento de Letras, do Centro de Artes e Comunicação - CAC, com uma sistemática de operacionalização que segue os parâmetros, critérios e exigências similares aos dos cursos presenciais (corpo docente com titulação apropriada, aprovação pelos colegiados pertinentes, processo seletivo por meio de vestibular, matrícula no sistema SIG@ etc.).

3.3.2 PARÂMETROS DA POLÍTICA

Para o desenvolvimento das atividades referentes à EAD, no âmbito do Sistema UAB, a UFPE conta com um conjunto de tutores presenciais (dois por pólo), selecionados a partir dos encaminhamentos das redes de educação básica dos municípios-pólos do programa. Em cada município pólo há uma Coordenação, que realiza o processo seletivo, sob a responsabilidade colegiada das Coordenações de EAD da UFPE, do Curso, e do Pólo. O processo seletivo envolve a realização de oficinas, análise de currículos e de documentação pertinente. Os tutores presenciais possuem a graduação na área do curso e são capacitados quanto ao uso da plataforma referente ao ambiente virtual do curso e à proposta pedagógica do mesmo, recebendo, para desenvolverem sua atividade, uma bolsa mensal do FNDE, conforme normas da UAB. O acompanhamento e avaliação de suas atividades são realizadas pelas Coordenações do Pólo e do Curso.

Para o desenvolvimento das formações, a UFPE conta com espaços descentralizados de apoio presencial, sob a responsabilidade dos municípios pólos, em consonância com a política de EAD do Sistema UAB. Esses pólos, selecionados pela UAB, se comprometem a oferecer instalações apropriadas para o desenvolvimento dos cursos (laboratório de informática com conexão internet, laboratórios pedagógicos, bibliotecas etc.), de acordo com as especificidades dos mesmos e com as normas da UAB, assim como os equipamentos e acervos. Todavia, a UAB tem apoiado a implantação desses acervos, de forma a contribuir para o processo de implantação do Sistema bem como o melhor funcionamento dos cursos.

Cada pólo possui um Coordenador, vinculado ao município em que se situa. Este coordenador atualmente é selecionado pelas instituições atuantes naquele espaço, por meio de análise de currículo de lista triplíce encaminhada pelo município. O Coordenador de pólo recebe bolsa mensal do FNDE de acordo com as normas UAB.

3.4 PESQUISA

As políticas e decisões para a pesquisa da UFPE são definidas no âmbito da Câmara de Pesquisa (CP), órgão colegiado consultivo e deliberativo. A CP está ligada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, é presidida pelo Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) da UFPE e tem como vice-presidente o seu Diretor de Pesquisa. Os demais membros (todos com mandato de dois anos) são indicações dos Centros Acadêmicos, a partir de suas áreas de conhecimento.

3.4.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA PESQUISA NA UFPE

A UFPE é reconhecida pela qualidade da pesquisa de nível mundial desenvolvida em várias áreas do conhecimento por grupos nela atuantes. Em termos de política, pode-se dizer que este reconhecimento resulta em parte do esforço de consolidação dos seus grupos de

Plano de Desenvolvimento Institucional

pesquisa, grupos que a qualificam como uma das dez melhores instituições de ensino e pesquisa do País. Os resultados destas pesquisas têm colocado a UFPE em destaque no cenário nacional, com liderança em diversas áreas do conhecimento.

A TABELA 5 seguinte traz um resumo, para o período entre 2000 e 2006, do número de grupos existentes, número de pesquisadores e de doutores associados aos grupos. É importante salientar ainda que, para qualquer um dos anos representados na TABELA, e de acordo com informações do CNPq, a UFPE é sempre a universidade do Nordeste melhor classificada. Em 2007 a UFPE abrigava um total de 387 grupos, consolidados e em consolidação com o apoio de mais de um mil e quinhentos professores doutores.

TABELA 5 - Número de grupos de pesquisa, pesquisadores e doutores da UFPE e proporção com relação ao Brasil - Censos 2000 a 2006

Especificação	2000	2002	2004	2006
Número de grupos	273	334	354	387
Número de Pesquisadores	1.154	1.349	1.635	1.997
Número de Doutores	806	990	1.276	1.551
Posição no Brasil pelo nº de doutores	7 ^o	8 ^o	10 ^o	8 ^o

Fonte - elaborado a partir de CNPq/Diretório dos Grupos de Pesquisa - acesso em 20/10/2008

Os números revelam que, enquanto o número de grupos cresceu em aproximadamente 41,8%, o número de doutores envolvidos com estes grupos cresceu em mais de 92%. Mas este não é o único dado importante, cada vez mais as atividades de pesquisa da UFPE têm envolvido um relevante número de alunos de graduação, com 558 bolsistas PIBIC no ano de 2008³⁰, número que representou um aumento relativamente ao ano de 2000 de aproximadamente 15%. Neste aumento, de grande importância foi a ampliação do programa de bolsas concedidas pela UFPE, representado por um aumento no volume de recursos de mais de 113% entre 2004 e 2008, sem considerar os recursos do REUNI.

De acordo com os indicadores institucionais, nos anos 1990 a produção científica da UFPE apresentou uma sensível queda, devido principalmente à diminuição do número de professores efetivos da instituição³¹. Nos anos 2000³² a variação se apresenta de forma relativamente errática, sem que se possa observar uma tendência ou mesmo uma relação da produção científica com o número de professores efetivos da instituição. Os dados de publicação consolidados da Universidade são ainda para o ano de 2006 e revelam uma produção total de 151 livros, 469 capítulos de livros, 1.182 artigos científicos, sendo 548 publicações internacionais, e 3.017 publicações em eventos. De forma absoluta estes números podem não trazer muita informação, mas dados do CNPq para o ano 2007³³ relevam a importância da UFPE nesta área, colocando-a na sexta posição nacional entre as instituições que recebem investimentos em bolsas e fomento à pesquisa.

3.4.2 INCENTIVO À PESQUISA

A política definida para a pesquisa nos últimos cinco anos na UFPE tem sido a publicação de editais, disponibilizados na página da PROPESQ (www.propesq.ufpe.br). A depender do tipo de Edital, este pode ser dirigido aos Programas de Pós-Graduação (PPGs), aos pesquisadores da UFPE, ou aos alunos regularmente matriculados em programas de Graduação e de Pós-graduação.

³⁰ Contando-se com as bolsas do CNPq e da própria UFPE.

³¹ De acordo com o Relatório de Avaliação Institucional, 2006.

³² Só existem dados sistematizados até o ano de 2006.

³³ www.cnpq.br/estatisticas/tabs_pdf/Tab_1.7.1.pdf

Plano de Desenvolvimento Institucional

Através dos Editais, a UFPE tem definido apoio a:

- desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- publicação de teses e dissertações produzidas em programas da UFPE;
- publicação de periódicos científicos já existentes com periodicidade regular;
- participação de pesquisadores, com trabalhos aprovados, em eventos;
- realização de eventos científicos na UFPE;
- realização de excursões didáticas;
- novos grupos de pesquisa;
- apoio a laboratórios multiusuários;
- bolsa de iniciação científica institucional, além do apoio logístico para as bolsas do CNPq; e
- programa enxoval, dirigido ao recém-doutor.

Os Editais estão em constante aprimoramento, buscando atender a um maior número de postulantes, a promover o desenvolvimento científico e social da instituição, e a premiar o mérito acadêmico. No que se refere ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, atenção especial é dada à consonância com os objetivos e missão institucionais; à promoção da integração com as atividades de ensino e extensão; e ainda que tenham impacto regional relevante.

3.4.3 ARTICULAÇÃO DA PESQUISA COM AS DEMAIS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Em 2007 foi criado na Universidade o Fórum Ensino-Pesquisa-Extensão, que visava debater temas transversais e estabelecer políticas de integração das três atividades fins. Em 2008 o Fórum aconteceu no Centro de Convenções da UFPE, como parte do Evento Universidade/Sociedade: Produção em Diálogo, em que PROEXT, PROPESQ e PROACAD³⁴, debateram junto à comunidade acadêmica temas como A Política de Incentivo Acadêmico e a Política de Integração ensino-pesquisa-extensão.

Hoje, as três Pró-Reitorias juntas gerenciam e monitoram o Programa BIA - Bolsa de Incentivo acadêmico para os melhores estudantes oriundos da rede pública de ensino, classificados no vestibular da COVEST³⁵. A três pró-reitorias identificam os projetos de extensão, pesquisa e monitoria para inserção desses alunos em atividades acadêmicas. São 25 bolsas UFPE e 63 bolsas FACEPE³⁶ para 2009.

A PROEXT e a PROPESQ desenvolvem ainda um projeto de integração das atividades de inovação tecnológica e empreendedorismo. Este projeto visa estreitar as relações da Universidade com os setores: industrial, empresarial e público, por meio da FIEPE, SEBRAE, ITEP, IEL e as empresas juniores da UFPE.

3.4.4 PROPRIEDADE INTELECTUAL

A UFPE tem buscado melhorar o apoio à proteção de sua propriedade intelectual, para o que criou a Resolução nº 02/03 do Conselho Universitário, que estabelece a política de gestão

³⁴ As três pró-reitorias que respectivamente cuidam da extensão, da pesquisa e pós-graduação, e de assuntos acadêmicos de uma forma geral da graduação.

³⁵ A COVEST é responsável pelo vestibular de todas as instituições federais de ensino superior do estado de Pernambuco.

³⁶ Fundação de Apoio à Pesquisa do Governo do Estado de Pernambuco.

Plano de Desenvolvimento Institucional

tecnológica dentro da Universidade. Destaca-se ainda a existência de uma Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINE) na PROPESQ que, através da Coordenação de Proteção ao Conhecimento, representa, na esfera administrativa, o órgão que deve receber e dar prosseguimento a todo ato de registro junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) e no exterior, além de promover a gestão e transferência do conhecimento produzido dentro da UFPE.

3.4.5 DIRETRIZES DA PESQUISA

Com as rápidas mudanças de paradigma nos procedimentos de financiamento público e privado à pesquisa, é fundamental manter um equilíbrio entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada. A multi e interdisciplinaridade e a cooperação nacional e internacional devem ser estimuladas, respeitando-se a individualidade dos pesquisadores na escolha de seus colaboradores e temas de pesquisa.

A UFPE deve continuar investindo em pesquisa e em criação artística, para alcançar um nível ainda mais elevado em investigações sobre temas e problemas atuais relevantes, cujos resultados possam impactar local, nacional ou internacionalmente. O conhecimento gerado por tais pesquisas deve ser adequadamente transferido para a sociedade, mantidas as peculiaridades do contexto e o respeito à propriedade intelectual.

No que se refere ao fomento a Projetos de Pesquisa, a UFPE deve buscar:

- institucionalizar uma política interna de fomento à pesquisa científica alinhada aos objetivos e missão institucional da Universidade;
- ampliar a utilização e divulgação dos Editais de estímulo junto à comunidade científica da UFPE, definindo de forma mais clara os critérios de avaliação;
- estimular as avaliações realizadas por comissões constituídas por docentes externos à UFPE, para o que se deve construir um banco de avaliadores *ah doc*;
- realizar avaliação junto à comunidade científica da UFPE dos resultados obtidos com a política e Editais de fomento à pesquisa; incorporando as melhorias discutidas nos Editais subsequentes.

Para as excursões didáticas:

- Definir critérios para assegurar a realização e avaliação das excursões didáticas, com recursos financeiros da instituição.

Quanto aos auxílios financeiros para participação e realização de congressos:

- Definir critérios e sistemática de liberação de auxílios financeiros à pesquisa científica alinhados aos objetivos e missão institucional da UFPE.
- Dar conhecimento à comunidade científica da UFPE do orçamento anual e dos relatórios de avaliação de auxílios atendidos.
- Criar normas para a elaboração de convênios e para sua operacionalização e acompanhamento.
- Assegurar à UFPE e a seus pesquisadores o Direito de patente e *Royalties* sobre produtos de pesquisa.
- Estimular uma cultura de captação de convênios para pesquisas através de novas fontes de financiamento.

Para os Grupos de Pesquisa:

- Dar suporte aos pesquisadores UFPE no cadastramento/atualização e garantir crescimento/consolidação dos grupos de pesquisa.

Plano de Desenvolvimento Institucional

- Facilitar o trabalho de certificação pela Instituição dos grupos de pesquisa da UFPE.

Incentivo à Iniciação Científica:

- Estimular pesquisadores a envolver estudantes de graduação no processo de investigação científica.
- Difundir a política de creditação de carga horária de iniciação científica como atividade complementar nos cursos de graduação da UFPE.
- Despertar a vocação científica e incentivar os talentos potenciais entre os estudantes de graduação, qualificando quadros para os programas de pós-graduação.
- Instituir o CONIC como atividade curricular oficial na UFPE prevista no calendário escolar.
- Estabelecer critérios de vinculação da renovação/aprovação da bolsa PIBIC à participação efetiva do pesquisador no Programa.

3.5 EXTENSÃO

O órgão da Universidade responsável pela execução da política de extensão é a Pró-reitoria de Extensão (PROEXT), composta por duas diretorias: a de Extensão Acadêmica e a de Extensão Cultural. À PROEXT esta ligada a Câmara de Extensão, órgão consultivo e deliberativo, composto pelo Pró-reitor(a), cinco representantes dos Centros Acadêmicos eleitos pela CCEPE, um Assessor indicado pelo Reitor, e um representante estudantil indicado pelo DCE. A atuação da PROEXT junto à comunidade universitária é intermediada pelas Coordenações Setoriais de Extensão que devem ser contactadas, em primeiro lugar, pelos interessados em realizar alguma ação extensionista.

3.5.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA EXTENSÃO NA UFPE

No entendimento tradicional, a atividade de extensão é relativamente antiga na UFPE, na forma de fornecimento de inúmeros serviços comunitários, principalmente médicos e odontológicos. Mas como atividade acadêmica articulada com o ensino e a pesquisa, que visa promover a relação transformadora e integradora entre a Universidade e a Sociedade, esta tem se desenvolvido de forma relativamente recente, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e serviços.

Um dos grandes desafios postos à sociedade brasileira consiste no fortalecimento de um projeto de nação em que o acesso à educação seja universal. Nesse contexto, a Universidade pública tem um papel fundamental a desempenhar. Na UFPE, a PROEXT, no exercício do seu compromisso social, desenvolve atividades de extensão articuladas com as outras unidades acadêmicas.

No ano de 2008 contabilizam-se os registros na PROEXT de 294 cursos, 165 eventos, 216 projetos, contabilizando um total de 735 atividades registradas.

3.5.2 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

A UFPE identifica a extensão como uma atividade necessária para, com compromisso social, alcançar a sua missão, prevendo, para isto, o engajamento da comunidade acadêmica. É vista como parte fundamental do processo de transformação da sociedade, tanto na difusão do conhecimento quanto na busca da inclusão social. Devido à complexidade do tema que trata a inclusão social, a atividade de extensão deve ser vista como um processo de desenvolvimento

Plano de Desenvolvimento Institucional

de natureza educativa, científica e inter-cultural, de tal forma que possibilite a integração entre Universidade e Sociedade.

Neste sentido, diversas ações devem ser estimuladas; de um lado ações direcionadas à comunidade acadêmica, tornando-a apta e participante de uma cidadania ativa, a partir do envolvimento em projetos de extensão; e de outro lado ações direcionadas à sociedade de uma forma geral, tornando-a co-participante nos Projetos.

A UFPE busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, como atividade complementar.

No tocante às demandas do entorno social, para a integração entre Universidade e Sociedade, estas são identificadas, em sua grande maioria, nos Centros, Departamentos, Núcleos e Unidades Acadêmicas, conectadas com as necessidades da sociedade. São estimuladas atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, e trabalho.

3.5.3 PROGRAMAS DE EXTENSÃO

PROIDOSO -tem como linha de ação o desenvolvimento de atividades dirigidas à clientela idosa (de acordo com as Lei nº 8.842, de 04/01/94). Constam deste programa dois subprogramas: Universidade aberta à terceira idade (UnATI), através da realização de cursos (500 alunos por semestre); e o Núcleo de Atenção ao idoso (NAI), com atendimento em unidade ambulatorial.

DIFUSÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA - CECINE: objetiva a difusão e popularização da ciência e da tecnologia no estado de Pernambuco por meio de projetos, oficinas, cursos e tele-cursos presenciais e à distância para professores do ensino médio da rede pública de Pernambuco.

CULTURAL BENFICA: objetiva apoiar e desenvolver projetos culturais voltados para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão, vinculados à difusão das artes. Tais ações são desenvolvidas por meio do Acervo Museológico da UFPE; Teatro Joaquim Cardozo; Livraria Benfica; Projeto Imaginário; Projeto Tarde com os Idosos; Sarau Musical e, o Instituto de Arte Contemporânea - IAC.

UFPE E MOVIMENTOS SOCIAIS - objetiva a integração entre os saberes acadêmicos e sociais. Para isso, foi criado o Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais, que agrupa pesquisadores de diversos Departamentos com a intenção de realizar pesquisas sobre o tema, de modo que dissertações e teses sejam realizadas sobre a temática, bem como debates, fóruns e atividades diversas junto à Sociedade. Dentro deste programa tem-se realizado cursos sobre a realidade brasileira; sobre história do pensamento socialista e libertário; e ainda cursos de educação de jovens e adultos nos Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária - PRONERA.

UFPE E POLÍTICAS PÚBLICAS - objetiva integrar e articular as atividades acadêmicas à realidade econômica e social do estado de Pernambuco e do Nordeste, procurando, também, associar gestores municipais, governo estadual, organizações da sociedade civil e entidades públicas e privadas em um esforço conjunto para integrar as atividades universitárias às realidades econômicas, culturais e sociais.

UFPE E POLÍTICAS CULTURAIS - busca-se o desenvolvimento da cultura em todos os seus campos democratizando, assim, o acesso à informação cultural em um movimento de mão dupla entre a UFPE e a sociedade, e vice-versa. Algumas ações são desenvolvidas em parceria com o Ministério da Cultura o Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA, o projeto Pontão de Cultura e o projeto Multicultural & UFPE. Este , com parceria firmada com a Fundação de Cultura da Cidade do Recife. O programa também objetiva a preservação e difusão da

Plano de Desenvolvimento Institucional

memória da UFPE por meio de uma rede de documentos e acervos, de forma a torná-los disponíveis a exibição e a pesquisa públicas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO PERMANENTE - busca integrar a educação superior às educações fundamental, média e tecnológica, através de associações com as demais universidades públicas, Governo do Estado, FACEPE, COVEST e ao próprio MEC, por meio de políticas voltadas para democratizar e aumentar o acesso dos jovens egressos da rede pública ao ensino superior público de um lado e, de outro, garantir a permanência desses jovens na Universidade, de modo que eles possam concluir com sucesso seus cursos. Programas como os Pré- Acadêmicos da UFPE , Conexão de Saberes, Escola Aberta, Mais Educação - convênio com o MEC e o Programa de Incentivo Acadêmico - Bolsa Bia, são iniciativas concretas que vêm ampliando as oportunidades para os alunos de escolas públicas ingressarem e permanecerem na universidade.

INTERAÇÃO UFPE/EMPRESA - O programa tem como objetivo promover a aproximação entre a universidade e o setor produtivo, através da realização de ações integradoras que possibilitem o enfrentamento de problemas de interesse comum. Nesse sentido a UFPE mantém convênio de cooperação técnica com o SENAI, participa de conselhos temáticos junto à FIEPE, promove rodas de conversas entre empresários e a comunidade acadêmica, promove eventos técnicos sobre temas relevantes da atualidade, entre outras atividades.

UFPE & Valorização da Extensão - Orienta-se para o compromisso social da Universidade. De um lado, através de ações voltadas para a integração externa, da UFPE com a Sociedade, articulando-se com os Programas já lançados pela Pró-Reitoria (UFPE & Políticas Públicas; Integração Universidade & Empresa, UFPE & Políticas Culturais, UFPE & Movimentos Sociais). De outro lado, fortalecendo a integração interna da UFPE, valorizando as atividades de extensão, através da identificação das especificidades e vocações de cada unidade.

3.5.4 DIRETRIZES PARA UMA MAIOR INSERÇÃO SOCIAL E REGIONAL

O desenvolvimento da atividade de extensão na UFPE deve ser capaz de criar condições para a formação profissional superior com cidadania, para que a transferência e a difusão do conhecimento ocorram através do engajamento qualificado da comunidade interna.

Integrar os saberes acadêmicos e populares em via de mão dupla, associada à complexa tarefa de unificar pesquisa-ensino-extensão como co-produtora de conhecimento tem sido nos últimos anos a diretriz básica norteadora das ações da extensão na UFPE. Para isto, as principais ações da extensão devem se dar na direção de:

- adequar a atual política de extensão às novas tendências de desenvolvimento social;
- intensificar atividades integradoras de ensino-pesquisa-extensão, como formação integral do aluno;
- fortalecer oportunidades e espaços de discussão, socialização de experiências, atualização de conhecimento e interação com a sociedade, como laboratórios didáticos ou campos de prática para alunos da graduação;
- ampliar a participação de alunos em atividades de extensão com a oportunidade de integralização curricular;
- ampliar os incentivos de participação docente e de técnicos administrativos nas atividades de extensão;
- ampliar a integração Universidade/Empresa que favoreçam a participação de alunos da graduação;
- intensificar a participação de alunos da graduação em atividades de extensão através de convênios de intercâmbio e cooperação internacional;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- estimular e apoiar as iniciativas dos alunos em Empresas Juniores, Incubadoras Solidárias e outras;
- sensibilizar e qualificar a comunidade interna e a sociedade, quanto ao papel da extensão no desenvolvimento humano com responsabilidade social;
- desenvolver parcerias com grupos de influência representativos dos Setores Público, Privado e Sociedade organizada (ONGs), nos níveis local, estadual, regional e nacional;
- integrar as ações de extensão à interiorização e à cooperação internacional da UFPE;
- contribuir ao planejamento nacional de extensão universitária.

3.6 INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO

3.6.1 EVOLUÇÃO RECENTE

O Brasil e o mundo passam por profundas transformações tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, com impacto nas universidades, tornando-as centros privilegiados de produção de conhecimento e de formação. Em um mundo interdependente, crescem os desafios à cooperação nacional e internacional, exigindo esforços que possibilitem a nossa inserção nas oportunidades abertas em educação, cultura, ciência e tecnologia.

A política de intercâmbio e cooperação do conhecimento na UFPE tem sido trabalhada de forma transversal nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os editais de apoio de cada uma destas áreas têm, prioritariamente, estimulado projetos desenvolvidos com ações de intercâmbio e cooperação do conhecimento.

Em nível interinstitucional e internacional, há a Coordenação de Cooperação Internacional, órgão assessor do Gabinete do Reitor. Esta Coordenação atua na elaboração dos acordos e na orientação de alunos e professores que buscam informações sobre opções e procedimentos necessários para realizar estudos no exterior.

Existem convênios com universidades para alunos da graduação e da pós-graduação da UFPE. Os programas dirigidos à graduação se dão em duas modalidades: intercâmbio e dupla titulação. O intercâmbio é definido para um período entre 06 meses e um ano, e a dupla titulação para um período de 1 ano.

3.6.2 DIRETRIZES PARA O INTERCÂMBIO E A COOPERAÇÃO

O Brasil e o mundo passam por profundas transformações tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, mudanças que tem impacto nas universidades, tornando-as centros privilegiados de produção de conhecimento e de formação. Em um mundo interdependente, crescem os desafios à cooperação nacional e internacional, exigindo esforços que possibilitem a nossa inserção nas oportunidades abertas em educação, cultura, ciência e tecnologia. Neste sentido, UFPE deve buscar ampliar e diversificar a cooperação técnico-científica e cultural, com universidades de reconhecido valor em todo o mundo. Para isto, deve-se estabelecer ações no sentido de:

- fortalecer ações integradas e sistemáticas de cooperação nacional e internacional da UFPE;
- promover a mobilidade interinstitucional de estudantes, professores, pesquisadores e técnico-administrativos;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- estimular a celebração de convênios com Universidades no marco do projeto de integração das américas;
- estimular a celebração de convênios com Universidades no marco da cooperação ibero-latinoamericana;
- estimular a celebração de convênios com instituições de ensino superior (IES) do Brasil.

4. GESTÃO INSTITUCIONAL

4.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1.1 ESTRUTURA ORGÂNICA³⁷

A Administração da UFPE é exercida por órgãos normativos, deliberativos e consultivos e pela Reitoria como órgão executivo central. Os Órgãos Deliberativos Superiores são: CONSELHO UNIVERSITÁRIO, CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e CONSELHO DE CURADORES³⁸. A Reitoria (um Reitor, um Vice-Reitor, e um Vice-Reitor Substituto) é apoiada por seis Pró-Reitorias (PROACAD, PROPESQ, PROEXT, PROGEPE, PROGEST, e PROPLAN)³⁹ na implementação das políticas estabelecidas pelos Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade e pela Administração Federal.

Existem duas diferentes estruturas administrativas e acadêmicas na UFPE, uma para o campus do Recife e uma para os *campi* do interior. Em Recife existe uma estrutura de Departamentos, coordenados por dez Centros, de acordo com a área de conhecimento. Os Centros, que têm a finalidade de integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada área, são:

- ARTES E COMUNICAÇÃO
- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
- CIÊNCIAS DA SAÚDE
- CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
- CIÊNCIAS JURÍDICAS
- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
- EDUCAÇÃO
- FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
- INFORMÁTICA
- TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS

Os dez centros compreendem 67 Departamentos, que é a menor fração da estrutura universitária no *campus* do Recife. O Departamento é o órgão que congrega em uma área específica do saber, do ponto de vista didático-científico e administrativo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades acadêmicas de cada curso ou projeto desenvolvem-se mediante a cooperação dos Departamentos de um mesmo ou diferentes Centros.

³⁷ Esta seção foi atualizada do Relatório de Avaliação Institucional, 1998.

³⁸ A constituição e atribuições destes órgãos estão descritas na seção 3.1.2.

³⁹ As responsabilidades de cada uma destas Pró-reitorias são discriminadas no decorrer deste PDI.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Nos *campi* do interior, que foram definidos como Centros Acadêmicos, diferentemente do Recife, estão localizados os Núcleos Acadêmicos, estes cumprindo o papel de aglutinação das grandes áreas, sem, contudo, conter a segmentação por Departamentos. No campus de Vitória existe apenas o NÚCLEO DE SAÚDE e no Centro Acadêmico do Agreste existem os seguintes Núcleos:

- DESIGN
- FORMAÇÃO DOCENTE
- GESTÃO
- TECNOLOGIA

A Universidade, para melhor desempenho das suas múltiplas tarefas, dispõe dos seguintes Órgãos Suplementares, subordinados diretamente ao Reitor:

- PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA;
- BIBLIOTECA CENTRAL;
- EDITORA UNIVERSITÁRIA;
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS;
- NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;
- NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO;
- NÚCLEO DE SAÚDE PÚBLICA;
- LABORATÓRIO DE IMUNOPATOLOGIA KEIZO ASAMI.
- NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA;
- NÚCLEO DE HOTELARIA E TURISMO.

Além desses órgãos, encontram-se também subordinado ao Reitor as Assessorias de Comunicação Social, Cooperação Internacional, Cerimonial e Educação a Distância.

4.1.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Os diversos níveis de órgãos colegiados da UFPE estão definidos, em suas formações e competências, no Estatuto da Universidade. Para o caso da instância superior da Universidade, os órgãos deliberativos, normativos, e consultivos são: Conselho Universitário; Conselho de Administração; e Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. O Conselho de Curadores é um órgão de fiscalização econômico-financeira da Universidade.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO: é constituído pelos integrantes do conselho de administração e do conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão, e pelos ex-reitores (art. 16 do Estatuto). É o órgão colegiado de instância máxima da Universidade, cabendo a ele, entre outras coisas e de acordo com o Art. 19 do Estatuto, apreciar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pelo conselho administração ou pelo conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão, nos casos de infrigência da lei; e decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer dos centros, por motivo de infrigência da legislação de ensino, deste estatuto, e do regimento geral.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: é constituído pelo reitor (presidente); vice-reitor; pró-reitores; ex-reitores; diretores e vice-diretores dos centros; representantes das classes do magistério; representantes dos estudantes de graduação e pós-graduação; e representantes das classes empresariais. (Art. 20). De acordo com o artigo 21 do Estatuto, compete ao Conselho de Administração, entre outras coisas, exercer a jurisdição superior da universidade em matéria administrativa e financeira, ressalvada a competência do conselho de curadores.

Plano de Desenvolvimento Institucional

CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: é constituído pelo reitor, como presidente; vice-reitor; pró-reitores; representantes do conselho departamental de cada centro; representantes dos coordenadores de curso (graduação, ensino básico, e pós-graduação); representantes dos estudantes (graduação e pós-graduação). Compete ao conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão exercer a jurisdição superior da universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão. É composto pelas seguintes câmaras: Câmara de admissão e ensino básico; Câmara de graduação; Câmara de pós-graduação; Câmara de pesquisa; Câmara de extensão.

CONSELHO DE CURADORES: é constituído por representantes do conselho de administração; conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão; do corpo docente; do corpo discente; do Ministério da Educação e Cultura; e da comunidade. Tem como competência, entre outras, aprovar, em conjunto com o conselho de administração, o orçamento da universidade; e a prestação anual de contas apresentada pelo reitor.

Em cada Centro Acadêmico da Universidade, como órgão consultivo e deliberativo, tem-se o CONSELHO DEPARTAMENTAL. Em seu artigo 46, o Estatuto define que o Conselho Departamental será integrado pelo diretor, como seu presidente; pelo vice-diretor; pelos chefes de departamentos; coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, em que a maioria das disciplinas sejam ministradas pelo centro; e por representante do corpo discente. No parágrafo terceiro, define-se que o Conselho Departamental poderá dividir-se em Câmaras cuja composição e funcionamento serão disciplinados no Regimento da Unidade.

Os Departamentos, por sua vez, desempenharão funções deliberativas e consultivas, em nível de COLEGIADO PLENO, com todos os seus docentes em exercício e um representante do corpo discente.

No artigo 63 do Estatuto encontram-se as definições dos COLEGIADOS DE CURSO, de graduação e pós-graduação, visando a integração dos estudos e a coordenação didática. Os colegiados serão compostos dos docentes que ministrem as disciplinas do curso. O colegiado terá um coordenador e um vice-coordenador.

4.1.3 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Do ponto de vista organizacional, e entendendo-se atividades acadêmicas como todas as atividades fins da Universidade, destacam-se a PROACAD, a PROPESQ, e a PROEXT como os principais órgãos de apoio acadêmico da UFPE. Deve-se destacar ainda o Sistema de Informação e Gestão Acadêmica (SIG@), sistema integrado de apoio e implementação da política acadêmica e de gestão administrativa da UFPE, através de seus módulos de ensino de graduação e pós-graduação.

A **PROACAD** (Pró-Reitoria para assuntos acadêmicos) trata exclusivamente das questões relativas ao ensino da graduação, sendo dividida em três departamentos: Controle Acadêmico (DCA), Desenvolvimento do Ensino (DDE), Assuntos Estudantis (DAE). Os departamentos mais ligados à atividade acadêmica são o DCA e o DDE; ficando o DAE responsável pelos programas e ações que promovam a assistência estudantil e a permanência do estudante na UFPE.

O DEPARTAMENTO DE CONTROLE ACADÊMICO (DCA) tem como responsabilidade o planejamento, a supervisão e a execução das atividades acadêmicas, por intermédio de duas Coordenações: Corpo Discente e Apoio Acadêmico.

A Coordenação do Corpo Discente é responsável pelo atendimento a todos os alunos e ex-alunos de graduação da UFPE, bem como ao público interessado em cursar disciplinas isoladas e/ou ingressar na graduação da UFPE. A Coordenação de Apoio Acadêmico realiza o controle das Bolsas de Auxílio ao Ensino (BAE), de Monitorias (BMO), de Iniciação à Docência (BID), de Apoio Acadêmico (BAA), bem como da Monitoria Voluntária. Além das bolsas acima mencionadas, há também sob sua responsabilidade os estágios curriculares. São as seguintes atribuições dessa Coordenação: analisar as solicitações de bolsas; receber e registrar as frequências dos bolsistas e monitores; fornecer declarações; preparar folha de pagamento

Plano de Desenvolvimento Institucional

mensal; atender e orientar às empresas para formalização dos termos de convênio dos estágios curriculares (assinatura de convênio); providenciar o encaminhamento para o seguro de acidentes pessoais referente aos alunos estagiários; registrar semestralmente o levantamento e acompanhamento dos alunos que realizam estágios curriculares; Identificar junto às empresas conveniadas as disponibilidades de vagas oferecidas para o encaminhamento juntos as coordenações de cursos.

O DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (DDE) assessora o Pró-Reitor na coordenação geral dos cursos de graduação e na coordenação de atividades docentes através de ações, projetos e programas institucionais que conduzam à melhoria do ensino de graduação, à qualificação do corpo Docente e à avaliação da qualidade da graduação. É composto de três coordenações: cursos de graduação, currículos e programas, e atividades docentes.

A Coordenação dos Cursos de Graduação tem como finalidade prioritária fixar diretrizes gerais para análise e reformulação dos currículos dos cursos de graduação. Dentre suas atribuições destacam-se: orientar e supervisionar os coordenadores dos cursos quanto as modificações curriculares; estimular estudos em relação aos currículos vigentes na UFPE; manter atualizado o cadastro de disciplinas e currículos; responsabilizar-se pela guarda dos programas de disciplinas desenvolvidos pelos cursos de graduação; manter atualizado o catálogo dos cursos da UFPE; emitir parecer técnico sobre solicitações de modificações curriculares; assessorar as coordenações de cursos nas avaliações internas e externas.

Compete a Seção de Currículos e Programas as atividades de análise e acompanhamento dos Processos de Reformulação dos Currículos dos cursos de graduação: Destacam-se, ainda, dentre suas funções as seguintes tarefas: elaborar os cadastros de disciplinas (CADI); implantar e manter atualizado os cadastros e currículos; conferir os perfis dos cursos de graduação; preparar a composição dos colegiados dos cursos; preparar e atualizar a planilha das cargas horárias dos cursos.

A Coordenação de Atividades Docentes tem como uma das suas principais responsabilidades, o controle e manutenção atualizada das informações sobre os processos referentes aos professores efetivos e substitutos. Compete, ainda, a essa Coordenação as seguintes atribuições: acompanhar e controlar os cadastros referentes aos professores substitutos; emitir parecer técnico sobre a distribuição de carga horária docente nos diversos departamentos acadêmicos, para fins de remoção, transferência, mudança de regime de trabalho e abertura de concursos para novos docentes; acompanhar o plano anual de trabalho dos docentes conforme determina a legislação vigente; preparar e atualizar a planilha de carga horária docente; dar suporte ao Departamento de Desenvolvimento do Ensino no que diz respeito a docente.

Para atuação direta junto aos cursos e alunos existem as Coordenações de Curso e seus Colegiados, e as Escolaridades.

A **PROPEAQ** (Pró-reitoria de Pesquisa) trata das questões relacionadas à pesquisa e à pós-graduação da universidade, assessorando o Reitor nestes assuntos, no âmbito interno e externo a universidade. É composta por três diretorias: Pesquisa (DPQ); Inovação e Empreendedorismo (DINE); e Pós-graduação.

A DIRETORIA DE PESQUISA (DPQ) realiza o planejamento, a coordenação e a fiscalização das atividades de pesquisa que envolvem os projetos e os grupos de pesquisa da universidade. Para a consecução de seus objetivos a Diretoria dispõe de uma Coordenação Geral de Iniciação Científica, de um Setor de Bolsas de Pesquisa e de uma Divisão de Grupos de Pesquisa.

A DIRETORIA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO (DINE) desenvolve a política de integração tecnológica e proteção ao conhecimento, atuando nos processos de: fomento à criatividade e inventividade na UFPE; suporte às missões de intercâmbio envolvendo Ensino e Pesquisa; proteção dos interesses de propriedade intelectual da universidade e de seus

Plano de Desenvolvimento Institucional

funcionários. Para a consecução de seus objetivos a Diretoria dispõe de duas coordenações: Proteção ao Conhecimento e Transferência Tecnológica.

A DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (DPG) realiza o planejamento, a coordenação e a fiscalização das atividades de ensino que dizem respeito à pós-graduação, nos diversos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Para a consecução de seus objetivos, a Diretoria dispõe de uma coordenação, duas divisões e um setor: Coordenação Geral de Cursos e Programas de Pós-Graduação; Divisão de Cursos e Programas de Pós-Graduação; Divisão de Acompanhamento e Capacitação Docente; Setor de Bolsas de Pós-Graduação.

A **PROEXT** (Pró-reitoria de Extensão) apoia, acompanha e registra as atividades extensionistas da UFPE, e tem como instância deliberativa superior a Câmara de Extensão, a quem compete "estabelecer políticas, diretrizes, estratégias específicas e planos de ação, além de acompanhar e produzir sistemas de avaliação da produção extensionista da Universidade".

As atividades de extensão são regulamentadas pela Resolução 09/2007 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta Resolução define extensão como o elo de integração das atividades universitárias com os diversos segmentos da comunidade externa.

A PROEXT é composta por duas diretorias: a de Extensão Acadêmica e a de Extensão Cultural.

A DIRETORIA DE EXTENSÃO ACADÊMICA (DEA) encarrega-se de implementar as políticas e diretrizes de extensão, bem como apoiar e supervisionar programas de integração Universidade-Sociedade. Ao DEA estão ligados a Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE) e o Programa do Idoso (PROIDOSO).

O DIRETORIA DE EXTENSÃO CULTURAL (DEC) articula políticas culturais que atendem a preservação do patrimônio artístico da UFPE, a promoção e difusão das atividades culturais desenvolvidas pela comunidade acadêmica integrando-as aos meios de produção de bens culturais do Estado. Fazem parte do DEC o Memorial da Medicina (MM), Instituto de Arte Contemporânea (IAC), este último funciona no Centro Cultural Benfica, que também abriga o Teatro Joaquim Cardozo, a Livraria Benfica, o Acervo Museológico da UFPE e Projetos Especiais.

A atuação da PROEXT junto à comunidade universitária é intermediada pelas coordenações setoriais de extensão, unidades vinculadas aos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares que devem ser contactadas, em primeiro lugar, pelos interessados em realizar alguma ação extensionista.

O **Sistema de Informação e Gestão Acadêmica - SIG@** foi desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPE. Em nível dos Cursos de Graduação, este sistema fornece uma série de ferramentas gerenciais a serem trabalhadas pela Diretoria de Controle Acadêmico da PROACAD, pelas Coordenações de Curso, professores, e pelos próprios alunos. Cada dirigente específico, professor, ou aluno, tem um perfil definido para o seu nível de decisão; neste sentido, existem perfis de acesso definidos para Coordenador de Curso, Diretor do Controle Acadêmico, Professor, Aluno, entre outros.

É através deste sistema que o professor informa as notas de suas disciplinas, podendo definir seu sistema próprio de avaliação ou adotar o sistema padrão da UFPE. É facultado também ao professor informar as presenças e faltas dos alunos à disciplina.

Pelo sistema, o aluno tem acesso às suas notas (e à média observada da turma), que são mantidas em privacidade, e às informações gerenciais para a sua vida acadêmica, como seu histórico escolar, média geral, grade curricular, tempo restante para conclusão do curso, entre outros. Estas mesmas informações, aliás, são também disponíveis ao Coordenador de Curso, que pode acompanhar o aluno "de perto".

O Coordenador do Curso, que visualiza o Curso como um todo, pode observar o andamento das disciplinas de uma forma geral, durante o decorrer do semestre, e ao fim dele. Ao final de cada semestre é possível obter informações sobre número de reprovações (por falta e por nota), número de aprovações e as disciplinas que mais reprovam ou aprovam. É possível ainda

Plano de Desenvolvimento Institucional

identificar os alunos que ultrapassaram o prazo médio de conclusão do curso e as dificuldades que estes alunos estão tendo em termos de desempenho nas disciplinas.

Estão em fase de desenvolvimento: a de criação de um ambiente para cada disciplina, no qual seja possível a obtenção por parte do aluno de informações relativas ao Plano de Ensino e ter uma interação maior com o professor e turma; a estrutura física disponível para cada disciplina.

A expansão do SIG@ para a pós-graduação está em fase de implantação.

4.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

4.2.1 CORPO DOCENTE

No ano de 2008 a UFPE contava com a colaboração de 2.144 professores no total, sendo destes mais de 85% professores efetivos da Universidade, com o apoio de 297 professores substitutos e 8 professores visitantes. A Tabela 6 apresentada a seguir traz um resumo da titulação e do regime de trabalho deste corpo docente.

Tabela 06 - Número total, titulação e regime de trabalho dos docentes da UFPE por *campi* - 2008

Campus	Número Total			Titulação dos Efetivos				Regime de Trabalho		
	Efetivos	Substit	Total	Grad	Espec	Mestre	Doutor	20	40	DE
Recife	1.703	271	1.982	70	69	356	1.222	0	0	1.312
Caruaru	81	10	91	1	0	35	45	7	3	81
Vitória	55	16	71	0	0	16	39	16	0	55
Total	1.839	297	2.144	75	82	392	1.246	335	312	1.474

Fonte - Indicadores Institucionais - www.proplan.ufpe.br/Indicadores/indicadores.htm

A UFPE tem investido fortemente na qualificação formal de seu corpo docente, fato que se traduziu em uma forte elevação da proporção de doutores da instituição nos anos 2000, passando de 43,6% em 2000 para quase 70% na instituição como um todo em 2007. O regime de trabalho predominante da Universidade é o de dedicação exclusiva, para mais de 78% dos professores, fato que revela a política institucional de estímulo às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.2.1.1 Políticas de Qualificação

Mesmo tendo a UFPE um corpo docente em que 91% tem curso de pós-graduação, sendo 67% portadores do título de doutor e 24% são mestres, faz-se necessário um espaço permanente para a sua formação, aperfeiçoamento, discussão e trocas de experiências do exercício da docência (saberes pedagógicos), imprescindível ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Desde o ano 2000 implantou-se o Programa de Atualização Didático-Pedagógico para professores, desenvolvido numa ação conjunta entre a Pró-Reitoria Acadêmica - PROACAD e o Centro de Educação/Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, e, desde então, várias ações foram executadas.

A PROACAD, nos últimos quatro anos, trabalhou essa dimensão, constituindo uma Comissão de Formação Continuada de Docentes da UFPE, com representantes dos diferentes centros. Várias ações foram executadas, necessitando, entretanto, de uma maior estruturação que

Plano de Desenvolvimento Institucional

leve de forma definitiva à sua institucionalização. As primeiras avaliações do programa apontaram para a necessidade de ampliação das atividades, de modo a abranger um contingente maior de docentes e criar condições para um acompanhamento sistemático dos processos de formação continuada desses professores. Um questionário enviado para todos os docentes da UFPE no ano de 2006 também revelou o interesse dos docentes para outras temáticas de atividades e cursos, que também tem impacto sobre esse processo. Em 2007 o Programa de Atualização Didático-Pedagógica foi redimensionado, tendo sido introduzido a realização de seminários temáticos e a as atividades distribuídas em dois módulos: 1) módulo de iniciação à formação continuada; 2) módulo de formação continuada semipresencial para o aprofundamento na formação continuada. Atendendo à demanda espontânea do corpo docente, outros cursos foram oferecidos, como o treinamento no Portal CAPES e os cursos de Informática (Excel, Internet e PowerPoint). Entre os anos de 2006-2007, 173 docentes foram capacitados, dentre eles 60 do CAA e 26 do CAV, e em maio deste ano (2007) realizou-se um seminário de avaliação com a participação de 171 docentes. Diante da demanda crescente, percebe-se claramente a necessidade de se consolidar o programa, criando-se desta forma um espaço permanente e contínuo de apoio aos docentes da UFPE no exercício da docência. Considerando-se as altas taxas de evasão e retenção em determinados cursos ou áreas básicas, certamente uma adequação de metodologias de ensino e de processos de avaliação podem reduzir sensivelmente as dimensões desse problema, sobretudo naqueles cursos em que as taxas são mais elevadas e, em particular, nos primeiros semestres, uma vez que esse período parece ser determinante para a evasão dos alunos da graduação.

4.2.1.2 Plano de Carreira

A carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Pernambuco compõe-se das seguintes classes: Professor Titular; Professor Associado; Professor Adjunto; Professor Assistente; e Professor Auxiliar, sendo que cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível. A progressão dentro de cada uma destas classes encontra-se regulamentada através da Resolução 04/2008 do Conselho Universitário, e se guia, em primeiro lugar, pelo que está disposto no Decreto nº. 94.664/1987, na Portaria do MEC nº. 475/1987; na Lei nº 11.344/2006; e finalmente na Portaria nº. 07, do Ministro de Estado da Educação, de 29/06/2006.

Além desta regulamentação, o Plano de Carreira docente da UFPE traz um modelo de avaliação que explicita e estabelece as diretrizes para progressão funcional docente com base na titulação e no desempenho acadêmico. O processo de avaliação previsto atende à diversificação e às peculiaridades de todas as áreas de atividades acadêmicas e profissionais da Universidade.

A progressão para professor Titular se dá através da realização de concurso, aberto também ao público externo. A realização deste concurso é dependente do número de vagas abertas pelo Governo Federal para a Universidade. Na UFPE, a alocação das vagas criadas de professor Titular se dá por Centros Acadêmicos, a partir de uma regra aprovada no âmbito do Conselho Universitário. Esta regra leva em consideração a produtividade acadêmica dos professores do Centro. A distribuição entre os Departamentos ou professores do Centro depende de regra a ser definida no âmbito de cada Centro.

Para as outras classes tem-se a progressão definida pela Resolução nº 4/2008 do Conselho Universitário. Esta resolução veio substituir as resoluções anteriores, uma para cada classe, e adequar o sistema de avaliação ao novo perfil da Universidade. A resolução foi amplamente discutida com a comunidade acadêmica, a partir de suas representações nos Conselhos Departamentais e do próprio Conselho Universitário.

O processo de progressão do professor começa dentro de uma comissão criada exclusivamente para este fim dentro do Centro Acadêmico, chegando até a Comissão Permanente de Pessoal Docente, que avalia todos os casos de progressão da Universidade. Este Órgão possui atribuições de apreciar alteração de regime de trabalho, progressão funcional por titulação e

Plano de Desenvolvimento Institucional

avaliação de desempenho dos docentes, além dos afastamentos para aperfeiçoamento. Realiza estudos e análises para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

É considerada progressão vertical, aquela que acontece de uma classe para outra imediatamente superior, e progressão Horizontal, aquela que acontece de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe. Em qualquer um dos casos só é possível a progressão após o interstício de dois anos, sendo que para a progressão vertical ela pode acontecer por titulação ou por avaliação de desempenho acadêmico; e para a progressão horizontal ela pode acontecer após avaliação de desempenho.

De uma forma geral, a avaliação de desempenho leva em consideração 5 grupos de análise, contemplando as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de formação e capacitação acadêmica, e atividades administrativas.

4.2.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.2.2.1 Estruturação

O quadro de pessoal técnico-administrativo é um componente fundamental para que a instituição atinja seus objetivos, devendo ocupar posição estratégica, pois para que os objetivos da Instituição sejam alcançados na sua plenitude é necessário estabelecer uma competente e eficaz política de pessoal. Isso significa investimentos e principalmente recomposição integral dos quadros de pessoal técnico-administrativo em Educação.

Para construção desta política é importante conhecer o perfil do quadro de pessoal de que dispõe a instituição e, por meio deste, propor políticas que vão ao encontro das necessidades institucionais. O dimensionamento da força de trabalho pode contribuir significativamente para a eficiência das organizações, estabelecendo critérios de distribuição de pessoal técnico-administrativo; promovendo uma alocação e movimentação interna na UFPE mais consistente e integrada; e identificar necessidades para concursos futuros.

O perfil dos servidores técnico-administrativos ativos da UFPE se apresenta da seguinte forma: 20 % nos cargos da Classe E, cujo requisito de escolaridade é Nível Superior, 32% na classe D com escolaridade de segundo grau completo e/ou técnico, 28% na Classe C, com escolaridade em geral de ensino fundamental, 12% na Classe B e 8% ocupando cargos da classe A, cuja exigência é ser alfabetizado. Quanto ao sexo, 52% são mulheres. Em relação à faixa etária 40 % estão entre 44 e 52 anos; 5 % estão na faixa etária entre 60 e 70 anos. Na sua distribuição interna: 48 % estão lotados no Hospital Universitário.

Assim a UFPE, com o objetivo de proporcionar os elementos básicos para o estabelecimento do adequado dimensionamento e otimizar a força de trabalho, e com vistas à Lei nº 11091/2005, define um modelo de dimensionamento de recursos humanos que se baseia em dois pressupostos principais. O primeiro destes pressupostos é a avaliação das necessidades institucionais em relação ao quantitativo, perfil, habilidade e competências adequadas para desempenho das tarefas. Nesse processo é necessário também repensar as relações de trabalho, avaliar processos e rotinas de trabalho e identificar necessidades de capacitação.

O segundo pressuposto refere-se à análise dos elementos constitutivos da Instituição (missão, objetivos estratégicos, estrutura organizacional e a política nacional para a universidade e seu pessoal), devendo ser identificados os pontos fundamentais a serem reformulados e relacionados à força de trabalho, tais como: aprimoramento e inovação dos processos de trabalho; definição do quadro de lotação de cargos.

A definição do quadro de lotação dos cargos deve considerar as necessidades próprias de cada unidade, observando critérios que levem em consideração a qualificação da força de trabalho institucional, independente do seu vínculo e outros fatores como a estrutura organizacional existente e suas competências, as atribuições dos cargos, ambiente organizacional e

Plano de Desenvolvimento Institucional

condições tecnológicas. O modelo de dimensionamento deve considerar o quadro de pessoal e a efetiva força de trabalho existente, além de outros fatores, como as necessidades da unidade, os processos de trabalho, as condições tecnológicas e ainda identificar:

- necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional;
- força de trabalho e sua composição, considerando seus vínculos empregatícios: servidores do quadro, terceirizados em suas mais diversas formas de contrato, estagiários e bolsistas;
- necessidade de abertura de vagas para concursos públicos a fim de atender as necessidades institucionais e a substituição da mão de obra terceirizada;
- necessidade de novas vagas para atender a expansão das unidades;
- servidores em condições de aposentadoria;
- capacidade laborativa dos servidores.

Mediante a análise do quadro de pessoal, a definição da estrutura organizacional e suas competências, a análise dos processos e condições de trabalho, a composição etária e de saúde ocupacional e as condições tecnológicas, deve-se construir os indicadores de desempenho e a matriz de dimensionamento. Matriz esta que deve ser avaliada e atualizada anualmente, considerando-se os seus critérios e modelo; o quantitativo ideal de servidores técnico-administrativos por unidade organizacional; e a necessidade de pessoal por categoria funcional.

A UFPE tem ampliado significativamente a oferta de vagas nos últimos anos nos cursos já existentes, além da criação de novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão. No entanto, o corpo de servidores técnico-administrativo sofreu uma significativa redução em seu quantitativo. Sendo assim, com o crescimento da demanda de serviços, principalmente nas secretarias de unidades acadêmicas e laboratórios, fica comprometido o atendimento ao aluno e aos docentes, se não houver provimento desses cargos, bem como, de outros para apoio às atividades acadêmicas e de pesquisas.

O perfil dos servidores técnico-administrativos ativos da UFPE se apresenta da seguinte forma: 20 % nos cargos da Classe E, cujo requisito de escolaridade é Nível Superior, 32% na classe D com escolaridade de segundo grau completo e/ou técnico, 28% na Classe C, com escolaridade em geral de ensino fundamental, 12% na Classe B e 8% ocupando cargos da classe A, cuja exigência é ser alfabetizados. Quanto ao sexo, 52% são mulheres. Em relação à faixa etária 40 % estão entre 44 e 52 anos; 5 % estão na faixa etária entre 60 e 70 anos. Na sua distribuição interna: 48 % estão lotados no Hospital Universitário.

4.2.2.2 Plano de Carreira e Política de Qualificação

O Plano de Carreira do servidor técnico administrativo da UFPE está definido pelo Ministério da Educação, por meio do Decreto nº. 5.825, de 29/06/2006. Para compor este Plano de Carreira, a UFPE elaborou o seu Plano de Desenvolvimento, cuja política de qualificação está definida em seu “Programa de Capacitação e Qualificação”, orientado para desenvolver nos servidores capacidades gerais e específicas. O programa está previsto para acontecer de maneira sistemática e organizada, buscando fazer com que as pessoas adquiram novos conhecimentos e desenvolvam atitudes e habilidades em função dos objetivos definidos.

Os principais objetivos desta política são: contribuir para o desenvolvimento integral do servidor, propiciando o pensamento crítico acerca da Instituição e do seu papel no ambiente organizacional enquanto profissional e cidadão; capacitar para o desenvolvimento de ações de gestão pública voltadas para a qualidade socialmente referenciada; capacitar para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da Instituição; e proporcionar ao servidor meio para superação dos processos de alienação do trabalho.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Estão previstas diferentes linhas de desenvolvimento no Programa de Capacitação, desde a Iniciação ao Serviço Público, com ações que visam o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do papel do Estado, da Instituição e do servidor público, enquanto profissional e cidadão; até aquelas mais específicas, com ações voltadas para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente, ao cargo, ao setor e a projetos. Estão definidas ainda ações de capacitação de caráter Geral, que visam à conscientização sobre o papel social e a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais; que envolvem aspectos de Gestão, devendo-se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção; que favoreçam às ações Interambientais, visando tornar viáveis atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente e/ou unidade organizacional; e finalmente aquelas voltadas para a Educação Formal, que objetivam o desenvolvimento integral do servidor, desde a alfabetização até a pós-graduação (lato e stricto sensu).

As ações de capacitação podem se dar de diferentes maneiras, a depender do objetivo e da linha de capacitação. Estão previstas: realizações de cursos presenciais e à distância; criação de grupos formais de estudo; participação em seminários e congressos; aprendizagem em serviço (com a promoção de atividades de intercâmbio solidárias); e realização de estágio, em outros órgãos localizados dentro ou fora do país.

A participação de servidor em eventos de capacitação, poderá ser com ônus para a Universidade (concessão total ou parcial, de inscrições, de passagens, diárias ou outras taxas, assegurados ao servidor o vencimento e demais vantagens do cargo ou função); com ônus limitado (manutenção do vencimento e demais vantagens do cargo ou função); ou sem ônus.

A implementação do Programa de Capacitação compreende uma seqüência programada de eventos, que podem ser visualizados como um processo contínuo de quatro etapas: levantamento das necessidades (diagnóstico), planejamento das ações, execução, e avaliação, cujo ciclo se renova a cada vez que se repete. O ciclo da capacitação é anual, e constante do Plano Plurianual da Universidade, devendo conter as necessidades de capacitação (a partir de processo de avaliação); orçamento e fontes de recursos; áreas dos conhecimentos e ambientes de acordo com as necessidades institucionais; integração com o programa de avaliação de desempenho.

4.2.3 DIRETRIZES

A UFPE tem reestruturado nos últimos anos o seu modelo de gestão, buscando desenvolver e implementar uma maior integração entre os seus elementos, tendo em vista o desenvolvimento pleno das atividades fins da Universidade, que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, observa-se ainda seu relativo engessamento, devido principalmente às normas pelas quais é regida para compras de bens e serviços, contratação e gestão de pessoal e de orçamento e finanças. A natureza e a missão de uma instituição federal de ensino superior pressupõem uma legislação própria, de forma que possa operar com base num planejamento estratégico de médio e longo prazo e seja avaliada, permanentemente, de acordo com sua missão, seus objetivos, estratégias e metas. Um modelo adequado de autonomia de gestão é um pré-requisito essencial ao funcionamento da instituição.

Do ponto de vista de seu financiamento, a UFPE tem o seu garantido, constitucionalmente, pelo Governo Federal. Portanto, o seu orçamento (recursos do Tesouro Nacional) deveria ser suficiente para cobrir as despesas de pessoal, custeio e capital das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Todavia, esse financiamento tem sido integral apenas para as despesas de pessoal; para custeio e capital o tesouro nacional responde apenas de forma parcial, sobretudo nas atividades de pesquisa e extensão. Há aportes financeiros advindos de fonte governamental (federal, estadual e municipal) e privada. A maior parte do financiamento da pesquisa hoje na UFPE se apóia nos Fundos Setoriais. Sendo assim, representa também um

Plano de Desenvolvimento Institucional

grande desafio institucional a ampliação e diversificação das fontes de financiamento institucional.

A conjuntura global demonstra que vivemos um momento sem precedentes de profundas mudanças. Diuturnamente, novos paradigmas convidam a redefinir valores. A universidade, como *lócus* privilegiado das grandes discussões, é desafiada a repensar seu papel, preservando seu espaço de influência no desenvolvimento da humanidade. Neste sentido, deve-se incentivar a promoção do espírito comunitário.

Na área da Gestão Administrativa e Financeira:

- ampliar e diversificar as fontes de financiamento institucional; não só no apoio à pesquisa, mas também no desenvolvimento de atividades que atendam aos interesses regionais;
- integrar o andamento/acompanhamento de todos os tipos de processo ao Sistema de Informação e Gestão Acadêmica-SIG@;
- integrar o planejamento da Universidade ao SIG@ e ao sistema de avaliação institucional;
- introduzir ações inovadoras de gestão que possam gerar maior eficácia ao processo decisório;
- promover a reestruturação jurídico-administrativa da UFPE;
- desenvolver um sistema de ouvidoria;
- desenvolver um sistema de indicadores de desempenho;
- desenvolver um sistema de informações de custo por atividades;
- promover a descentralização do processo decisório na gestão acadêmica administrativa e financeira;
- democratizar a informação;
- aprimorar, constantemente, o processo de planejamento institucional da UFPE;
- aumentar a participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES;
- desenvolver e implementar políticas de captação de recursos públicos e privados para o ensino, a pesquisa e a extensão (através, por exemplo, de parcerias com a sociedade);
- reestruturar a política de geração de receita própria da instituição;
- otimizar a alocação de recursos orçamentários globais (pessoal, custeio e capital), segundo as prioridades institucionais;
- propor a atualização do modelo de financiamento para maior autonomia no seu planejamento e gestão.

Na área de Gestão de Pessoal:

- construir um modelo de alocação de pessoal técnico-administrativo em educação que venha a atender de forma quantitativa e qualitativa todas as unidades organizacionais da UFPE;
- criar um sistema de informática que permita o controle e o monitoramento das vagas dos cargos, das alocações e das movimentações dos T.A.;
- realizar as movimentações internas (remoções), de acordo com o modelo de alocação de pessoal e a Resolução de Remoção;
- realizar o dimensionamento de pessoal técnico-administrativo em educação avaliando a sua adequação e as necessidades por categoria funcional;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- procurar viabilizar a atualização do quadro de pessoal, através de solicitação ao Ministério da Educação, para provimento através de concurso das necessidades detectadas para o bom desempenho dos serviços prestados pela UFPE;
- otimizar recursos humanos, materiais e tecnológicos para a implantação das progressões por mérito profissional;
- consolidar a cultura de avaliação do desempenho na UFPE;
- desenvolver modelos de alocação de docentes e de pessoal técnico-administrativo que permitam alcançar os melhores níveis de desempenho do sistema federal de educação superior pública;
- aperfeiçoar os programas de qualificação permanente de docentes, pesquisadores, gestores e pessoal técnico-administrativo;
- realizar profissionalização de gestores e técnico-administrativos;
- definir e implementar políticas sustentáveis de renovação e de melhoria da qualificação do quadro permanente de pessoal;

Na área da Comunidade Universitária como um todo:

- sensibilizar a comunidade universitária da sua condição de partícipe da construção da UFPE;
- promover a coesão da comunidade universitária nos processos decisórios da instituição;
- fortalecer a inter-relação entre os diversos segmentos da comunidade universitária;
- desenvolver um centro de convivência;
- valorizar a identidade e fortalecer a auto-estima da comunidade universitária.

5. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

5.1 FORMAS DE ACESSO

Existem duas formas de ingresso nos cursos de graduação da UFPE: via vestibular e via ingresso extravestibular.

O vestibular é conduzido pela Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos (COVEST), que organiza de forma unificada o vestibular para a UFPE, para a UFRPE, e para a UNIVASF. É realizado em duas etapas. A primeira, comum a todas as áreas, e que trata dos conhecimentos mais gerais é realizada em um único dia (desde 2006). A segunda, direcionada de forma específica para cada área, é realizada em dois dias.

O primeiro dia de prova havia sido previsto para se realizar em 4 horas e meia. Entretanto, devido à solicitação do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de Pernambuco (SINEPE/PE), os candidatos terão cinco horas para resolver as 80 questões. A conduta da COVEST, acordada com as Universidades, revela o espírito de aperfeiçoamento do processo de seleção.

Desde o ano de 2006 que a UFPE vem concedendo um bônus na nota final para os alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas, um bônus de 10% na nota. Este bônus busca favorecer a inclusão social na Universidade. No interior, nos *Campi* de Caruaru e Vitória, são beneficiados os candidatos de escolas públicas e particulares que cursaram todo o Ensino Médio em estabelecimentos de ensino do interior de Pernambuco. Esta medida busca favorecer o aluno do interior, para evitar que os candidatos se desloquem do Recife para o interior, dada a proximidade.

O Centro de Ciências Exatas e da Natureza instituiu ainda a terceira etapa para os cursos de Bacharelado em Estatística, Matemática ou Química. Essa etapa corresponde a uma formação pré-acadêmica, na qual o candidato deve cursar duas disciplinas específicas de nível superior. Ao final do semestre são selecionados os trinta alunos de cada curso, pelo ordenamento das médias alcançadas.

O vestibular das Engenharias também apresenta algumas especificidades desde o vestibular de 2008, quando foi instituído o Conjunto das Engenharias do CTG. Neste novo sistema o vestibulando não opta na entrada por qualquer uma das engenharias, mas pelo grupo. A partir do terceiro período é que o aluno toma a decisão sobre o Curso em que pretende obter o grau. A seleção se dá a partir da média geral obtida no ano concluído do básico.

Encontram-se ainda especificidades nos Cursos de Música e de Licenciatura em Dança, este último curso a ser implantado em 2009.1. Para estes cursos há a realização de testes específicos, antes da aplicação das provas da primeira etapa. As provas aplicadas nas duas primeiras etapas são elaboradas com base nos programas constantes do manual do candidato.

O Ingresso extravestibular tem sido tradicionalmente destinado para alunos desvinculados há menos de cinco anos, a portadores de diplomas e a transferências de outras instituições e outros curso de dentro da própria UFPE. Os pretendentes realizam provas e, a depender do resultado e do número de vagas, eles ingressam na Universidade, ou mudam de curso.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Recentemente este tipo de ingresso foi redefinido, melhorado, passando a ser realizado em duas etapas.

A primeira etapa se dá apenas internamente. Em primeiro lugar através da mudança de turno. Cada curso realiza internamente uma realocação dos alunos, a depender de seus interesses. A partir desta realocação realizar-se-á a mudança interna de cursos. E só depois então são abertas as vagas para os candidatos externos. Esta medida, de reordenamento interno, permite que se faça um melhor aproveitamento das vagas, favorecendo ao aluno da UFPE.

O Ingresso extravestibular é uma política de diminuição das vagas ociosas e, ao mesmo tempo, uma política de permanência do aluno na Universidade, uma vez que permite que o aluno reorienta a sua escolha profissional. A terceira etapa do vestibular do CCEN e o Conjunto das Engenharias também são esforços no sentido de diminuir a evasão e a retenção da Universidade.

5.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO, FINANCEIRO E DE ESTÍMULO À PERMANÊNCIA

Os programas de apoio pedagógico e financeiro aos alunos de graduação são dirigidos pelo Departamento de Assuntos Estudantis.

Programa de Concessão de Auxílios a Eventos Estudantis

É um programa que apóia financeiramente a participação de alunos em eventos estudantis. Poderão participar todos os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação da UFPE. Os critérios de concessão de apoio a eventos, bem como os calendários de solicitações, estão publicados na página da PROACAD⁴⁰.

Programa de Moradia Estudantil

Objetiva promover a permanência do estudante da UFPE, comprovadamente carente de recursos financeiros e residente fora da área metropolitana do Recife, oferecendo-lhe condições materiais que possibilitem o seu processo de formação acadêmica/profissional. A seleção de novos residentes é regulamentada pela Resolução no 1/99, do Conselho de Administração. O DAE/PROACAD publica, semestralmente, na página da PROACAD, edital informando a data das inscrições, a documentação necessária, o período e os critérios de seleção. Uma vez selecionado, de acordo com as vagas disponíveis nas duas casas - masculina e feminina - o aluno é admitido ao convívio das residências universitárias.

Programa de Bolsa de Apoio Estudantil

O Programa atende aos estudantes não residentes oriundos de famílias carentes de recursos financeiros. A seleção para a Bolsa de Apoio Estudantil é realizada no início do segundo semestre letivo e as datas e critérios de seleção são divulgados através de Edital publicado na Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE/PROACAD) e na página da PROACAD

Programa de Incentivo Acadêmico - Bolsa Bia

O Programa de Incentivo Acadêmico - BIA, sob a gestão conjunta da PROEXT, PROACAD e PROPESQ é realizado em parceria com a FACEPE e concede uma bolsa aos melhores alunos da rede pública de ensino, classificados no vestibular da COVEST, no primeiro ano do curso de graduação, como instrumento de incentivo a sua permanência e adaptação à vida universitária.

⁴⁰ www.proacad.ufpe.br.

Programa de Aulas Particulares em Domicílio

O programa cadastra alunos de graduação em licenciatura, interessados em ministrar aulas particulares para alunos de primeiro e segundo graus, que carecem desse tipo de apoio educacional. Os estudantes-monitores são pagos na forma hora-aula pelos pais dos alunos. Esta atividade é muito importante porque cria um incremento de renda para os estudantes universitários e os capacita para a docência, permitindo-lhes o aprofundamento de seus conhecimentos profissionais.

Programa de Apoio Instrumental - Técnico ao Estudante de Odontologia

O Programa possibilita que o estudante de Odontologia tenha acesso, através de empréstimo, ao instrumental técnico necessário às aulas práticas. Os estudantes, selecionados a partir dos critérios de renda e desempenho acadêmico, recebem o material permanente exigido naquele período letivo. No final do semestre letivo, o estudante devolverá o material, que deverá ser repassado para outro aluno.

Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário é uma antiga demanda dos discentes da UFPE, o qual entrará em funcionamento a partir do ano de 2009.

5.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

Em nível de graduação, há na Universidade uma representação estudantil central, que é o Diretório Central dos Estudantes, e representações por Curso de Graduação. Para cada uma destas representações há a disponibilização de espaço físico e equipamentos para o funcionamento.

5.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.4.1 EVOLUÇÃO RECENTE

O Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), além de sua Diretoria, comporta a Coordenação de Desenvolvimento de Atividades Estudantis e o Centro de Ensino, Pesquisa e Atenção em Saúde Mental. A Coordenação de Desenvolvimento de Atividades Estudantis tem como função apoiar a diretoria do DAE na Administração dos Programas destinados à melhoria da qualidade de vida acadêmica da comunidade estudantil. Este Departamento tem se concentrado em ações de apoio a permanência do estudante na UFPE, através da concessão de bolsas, de apoio psicológico, entre outras ações. O atendimento específico a pessoas com necessidades especiais, dentro deste ambiente, tem apenas começado a se desenvolver.

De forma pontual, mas sempre positiva quando procurado, tem sido o apoio aos alunos com deficiência visual⁴¹, que recebem os equipamentos que lhes facilitarão o aprendizado: impressora e computador com som e software específico para este tipo de deficiência.

Numa experiência recente a partir de um Projeto aprovado junto ao MEC, a Universidade realizou um curso de formação de multiplicadores para atendimento do aluno com

⁴¹ CCSA, Educação Física e CFCH.

Plano de Desenvolvimento Institucional

deficiência. Foram 15 pessoas, entre alunos, funcionários e professores, capacitadas a serem instrutores de um curso que ensinará esta forma especial de atendimento. E já em fase de elaboração está o Projeto de capacitação de professores, alunos e funcionários de uma forma geral, nesta forma de atendimento, já a partir dos 15 profissionais capacitados no curso anterior.

Outra iniciativa para atendimento de pessoas com necessidades especiais é a alternativa de leitura da página da Universidade através da sinalização em libras.

O CEPASM (Centro de Ensino, Pesquisa e Atenção em Saúde Mental) encontra-se hoje em fase de reformulação, mas antes disso, até 2007, realizava atendimento psicoterápico, psiquiátrico e terapêutico ocupacional dos alunos da UFPE. O CEPASM tem como objetivo a prevenção e o tratamento em saúde mental do estudante da UFPE.

Criado em 1996, com o objetivo de proporcionar o acesso à prática esportiva para Pessoas Deficientes, o PRO-NIDE vem se consolidando como Programa na esfera de inclusão, com o apoio do Núcleo de Educação Física e Desportos, e hoje, atende Pessoas Deficientes entre mental, física, auditiva, visual e múltiplas. No intuito de favorecer manifestações inclusivas, culturais, artística, artesanais e sociais, o programa visa equalizar as diferenças, atenuar as deformações conceituais pela superação dos obstáculos e proporcionar independência, autonomia, melhoria da auto-estima e favorecer a socialização. O PRO-NIDE, vem sendo desenvolvido por acadêmicos, professores e pesquisadores integrantes do Núcleo de Educação Física e Desporto, buscando o intercâmbio com outros Departamentos, Projetos e Instituições. Através de suas atividades, vivências, estudos e pesquisas atende crianças, adolescentes e adultos especiais, integrando ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar.

5.5 DIRETRIZES PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

A política de inclusão social na UFPE é desenvolvida através da atividade extensionista de forma direta, junto à comunidade externa da Universidade, mas também através da política de acesso à Universidade e da política de assistência estudantil, que ajuda na permanência e conclusão de curso do aluno menos favorecido do ponto de vista sócio-econômico.

Assim, como política para os próximos 5 anos, a UFPE deve favorecer às seguintes ações:

À comunidade externa

- integrar a Universidade aos sistemas de ensino básico;
- implementar a modalidade de bolsa de iniciação a docência;
- aumentar o número de alunos das licenciaturas em programas de capacitação para alunos das escolas públicas do estado;
- possibilitar ao aluno das licenciaturas, sobretudo dos cursos noturnos, um maior acesso às políticas de assistência estudantil;
- fortalecer o Fórum das Licenciaturas Diversas da UFPE;
- investir na melhoria da infra-estrutura dos cursos pré-acadêmicos;
- implementar bolsas de iniciação a docência para alunos que ministram aulas nos pré-acadêmicos;
- realizar um levantamento de dados sobre os programas pré-acadêmicos demonstrando a sua importância no processo de inclusão social (acesso ao ensino superior);
- ampliar vagas dos cursos pré-acadêmicos.

À comunidade interna

Plano de Desenvolvimento Institucional

- realizar uma política de nivelamento de forma institucional anterior ao início do semestre letivo;
- ampliar o programa de bolsas de manutenção acadêmica;
- construir uma nova residência estudantil para atender alunos fora da Região Metropolitana do Recife (RMR);
- aumentar o número de vagas nas casas de estudante do Campus Recife em 100% para a casa feminina e em 25% para a casa masculina;
- implantar um programa de auxílio alimentação para subsídio e uso no Restaurante Universitário;
- ampliar o número de beneficiários com o programa de auxílio transporte para os alunos da RMR;
- ampliar o acervo das bibliotecas e o número de computadores das residências estudantis;
- ampliar o número de alunos atendidos para realização de cursos de idiomas;
- ampliar apoio para participação dos estudantes em eventos científicos e fóruns estudantis;
- elaborar uma política de esportes para a UFPE;
- construir um centro de atendimento médico, odontológico e psico-social, destinado aos alunos, priorizando aqueles com vulnerabilidade sócio-econômica;
- implantar o programa de assistência estudantil nos campi do interior;
- ampliar, proporcionalmente ao número de vagas criadas em cursos, o número de bolsas de manutenção acadêmica dos estudantes das casas estudantis.

6. INFRA-ESTRUTURA

6.1 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Diante das novas tecnologias de comunicação e informação, e das necessidades cada dia mais urgentes de organização e preservação da cultura e memória nacional e institucional, urge oferecer ao homem suportes e tecnologias que possibilitem registrar e comunicar pensamentos e sentimentos, além de garantir acesso e democratização dessas informações. Dessa forma, pressupõe-se que a universidade cumpre seu papel como seguimento responsável pelo ensino, pesquisa e extensão, permitindo à sociedade apropriar-se da informação e do conhecimento.

6.1.1 SALAS DE AULA

As salas de aula da UFPE se dividem entre seus Centros Acadêmicos conforme discrimina a Tabela 08. A capacidade média das salas varia entre 23 e 81 alunos, respectivamente no Núcleo de Hotelaria e Turismo e no Centro de Tecnologia e Geociências. A área média por aluno é 1,1 m² por aluno, destoando-se apenas o Centro de Ciências Exatas e da Natureza com área média de 2,2 m² por aluno.

Tabela 08 - Número de salas, área e capacidade, por Centro Acadêmico da UFPE - 2008

Centro Acadêmico/Núcleo	Quantidade de Salas	ÁREA MÉDIA (M ²)	Capacidade Média (Nº de alunos)	M ² Aluno
CCB	29	74	67	1,1
CCS	45	49	43	1,2
CCSA	43	68	62	1,2
CCJ	20	83	78	1,1
CE	31	46	38	1,2
CFCH	38	57	49	1,2
CCEN	25	60	27	2,2
CAC	40	68	47	1,5
NHT	07	29	23	1,3
CTG	52	75	68	1,1
CECINE	04	60	53	1,5
ÁREA II	15	83	81	1,0
EDUCAÇÃO FÍSICA	05	87	78	1,1
HOSP. CLÍNICAS	13	70	67	1,1
CAA (Campus Agreste)				

Plano de Desenvolvimento Institucional

CAV (Campus Vitória)				
TOTAL GERAL	367	23.654,13	20.113	

Fonte - Prefeitura da Cidade Universitária, 2007.

6.1.2 LABORATÓRIOS

A UFPE tem um total de 272 laboratórios, entre laboratórios específicos e de informática, com uma área média de 84,7 m² e capacidade média de atendimento de 60 alunos por semestre. A maior parte destes laboratórios serve à graduação (90,4%) e uma parte deles, além daqueles exclusivos, serve também à pós-graduação (27,6%).

Tabela 09 - Laboratórios, área e capacidade média de atendimento - 2007

Área do Conhecimento	Laboratórios (Quantidade)	Média da Área Física (m ²)	Média da Capacidade de Atendimento (nº de alunos)	Número	
				Graduação	Pós- Graduação
Ciências Biológicas	66	126,90	198,41	63	35
Ciências da Saúde	35	43,86	101,71	35	1
Ciências Exatas e da Terra	55	86,64	19,98	39	22
Ciências Humanas	26	38,13	25,19	24	2
Ciências Sociais Aplicadas	31	38,62	16,33	28	3
Engenharias	39	155,52	32,56	39	5
Linguística, Letras e Artes	10	30,43	22	8	3
Outros	10	157,17	55,67	10	4
TOTAL	272	84,7	60	246	75

Fonte - Prefeitura da Cidade Universitária, 2007.

6.1.3 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A UFPE tem uma área total de 1.390.174 m², distribuídos entre os Centros Acadêmicos, Biblioteca Central, Hospital das Clínicas, entre outros.

Tabela 10 - Área construída por item do Patrimônio - 2007

Item do Patrimônio	Área Construída (m ²)
Área Construída Campus Universitário Joaquim Amazonas	330.619
Centros, Núcleos e Laboratórios	219.357
Hospital e Clínica Dermatológica	68.680
Reitoria	6.264
Biblioteca Central	5.244
Apoio	6.709
Prefeitura	849
Casas do Estudante	3.743

Plano de Desenvolvimento Institucional

Editora Universitária	1.851
Concha Acústica, Centro de Convenções e Monumento ao Reitor	15.509
Clube Universitário	357
Imóveis com Cessão de Uso	152.947
Área Total Campus Universitário	1.390.174

Fonte - Prefeitura da Cidade Universitária, 2007.

6.1.4 ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Parte expressiva dos espaços internos das edificações da UFPE e das suas entradas, bem como as calçadas das vias públicas e as ligações entre os prédios não foram concebidas levando em conta a necessidade de garantir a acessibilidade àquelas pessoas com dificuldades de locomoção. É verdade que mais recentemente todos os projetos arquitetônicos têm seguido as normas técnicas e a administração da UFPE tem realizado esforços no sentido de viabilizar recursos para minimizar essa situação, a exemplo da construção de rampas e de elevadores (CCSA, CAC, CE e Reitoria).

6.2 BIBLIOTECA

O Sistema de Bibliotecas da UFPE, no Campus Recife, é composto de uma Biblioteca Central, nove Bibliotecas Setoriais de Centro Acadêmico, uma escolar do Colégio de Aplicação, e duas bibliotecas departamentais (energia nuclear e antibióticos). Dentre estas bibliotecas, apenas três ainda não possuem o acervo automatizado. Devido à interiorização da universidade, recentemente foram incluídas no sistema mais duas bibliotecas de Centros Acadêmicos, a biblioteca do Campus de Caruaru, e a biblioteca do Campus do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão.

O sistema abriga um acervo de 600 mil volumes distribuídos entre acervos analógicos e digitais de livros, periódicos, teses, dissertações, e multimeios (CD-ROM's, DVD's, mapas, fitas VHS). Este acervo, apresentado por áreas de conhecimento na Tabela 07, é disponibilizado aos alunos, professores, servidores e comunidade externa, no horário de 8 às 21 horas, com o sistema automatizado PERGAMUM.

Tabela 07 - Quantitativo de títulos e exemplares, por área de conhecimento, para livros; teses e dissertações; e periódicos - 2006,⁴²

Áreas	Livros		Teses e Dissertações		Periódicos	
	Nº.de Títulos	Nº.de exemplares	Nº.de Títulos	Nº.de exemplares	Nº.de Títulos	Nº.de exemplares
Ciências Exatas e da Terra	23.944	42.770	2.466	2.623	968	71.090
Ciências Biológicas	5.618	11.639	2.837	2.933	170	16.818
Engenharias/Tecnologia	4.705	9.458	1.650	1.734	216	21.536

⁴² Até 28/11/2006

Plano de Desenvolvimento Institucional

Ciências da Saúde	7.878	18.515	1.527	1.594	760	129.015
Ciências Agrárias	1.321	1.966	382	433	6	236
Ciências Sociais e Aplicadas	36.499	70.519	3.974	4.630	476	19.122
Ciências Humanas	23612	46408	1.792	2.318	213	7.768
Linguística, Letras e Artes	34.201	49.979	1.310	1.703	94	4.735
TOTAL	137.778	251.254	15.918	17.968	2.903	270.320

Fonte - Relatório do Acervo do Sistema de Bibliotecas da UFPE, 28/11/2006

Registra-se uma média diária de um mil e seiscentos atendimentos por biblioteca setorial. Em cada uma destas bibliotecas são oferecidos serviços de normalização de documentos, pesquisa no portal da Capes, comutação bibliográfica, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, pesquisas na Internet, levantamentos bibliográficos, serviço conveniado com o IBICT (BDTD - Biblioteca Digital de Tese e Dissertações), entre outros.

Na década de 1990 foram realizadas grandes reformas em alguns prédios das bibliotecas setoriais (CAC, CCSA, CTG, CCB, CCS, CE e CCEN)⁴³ e há aproximadamente três anos houve a necessidade de ampliação da Biblioteca Setorial do CAC, e construção de um novo prédio para a biblioteca do CFCH, refletindo o esforço da instituição em garantir a evolução do sistema. Hoje, o sistema de bibliotecas tem uma área construída total de 19.033m², sendo que 7.815m² são dedicados ao acervo e 6.875m² aos usuários.

6.3 DIRETRIZES

A UFPE construiu ao longo da sua história uma infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento das suas atividades fins, em grande parte representada por salas de aula, laboratórios, biblioteca, salas de professores, prédios administrativos e de lazer e pela área urbana do campus. Destacam-se, mais recentemente, por seu impacto no ensino, na pesquisa e na extensão, o sistema de informação e as redes de informação e comunicação. Além disso, vital para o funcionamento das atividades fins é a disponibilidade de redes de energia elétrica, telefonia, água e esgoto.

O desafio principal de hoje da UFPE diz respeito à capacidade de manter, atualizar e adequar esta infra-estrutura às novas e maiores demandas, garantindo a sua qualidade através da recuperação, expansão e aperfeiçoamento tecnológico, compatíveis com o seu crescimento e a sua competitividade. Dispor de uma infra-estrutura atualizada e de qualidade, que possibilite o desenvolvimento das atividades fins compatíveis com sua missão institucional.

Deve-se buscar, assim, o desenvolvimento de uma infra-estrutura atualizada e de qualidade, que possibilite o desenvolvimento das atividades fins compatíveis com a missão institucional.

Para a Estrutura Física:

- ampliar horário de atendimento e melhorar infra-estrutura das coordenações e escolaridades, tendo em vista atender a ampliação das vagas noturnas;
- otimizar o fomento financeiro de apoio à melhoria dos cursos de graduação;

⁴³ Estes são os Centros Acadêmicos do Campus Recife da Universidade: CAC (Artes e Comunicação), CCSA (Ciências Sociais Aplicadas), CTG (Tecnologia), CCB (Ciências Biológicas), CCS (Ciências da Saúde), CE (Educação), CCEN (Ciências Exatas e da Natureza), CFCH (Filosofia e Ciências Humanas), CIN (Informática),

Plano de Desenvolvimento Institucional

- elaborar novo Plano Diretor Físico do Campus;
- rever, permanentemente, o sistema de segurança predial e urbana;
- criar um espaço dedicado à preservação e promoção do patrimônio cultural e científico (Museu da UFPE);
- equipar as salas de aula com equipamento multimídia.

Para a Biblioteca:

- melhorar a infra-estrutura tecnológica das bibliotecas;
- ampliar as instalações físicas das bibliotecas do campus, em especial da biblioteca Central, provendo-as de equipamentos e mobiliário adequado;
- atualizar e ampliar o acervo das Bibliotecas do Sistema;
- ampliar horário de atendimento;
- melhorar as condições de segurança interna.

7. ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO

A UFPE deve buscar tratar as seguintes áreas como áreas de estratégia institucional: tecnologia da informação e comunicação; comunicação; e cooperação internacional.

7.1 REDE TECNOLÓGICA⁴⁴: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A UFPE é uma organização que usa a matéria prima conhecimento para a geração de novos conhecimentos que favorecem a ampliação da capacidade de inteligência institucional, através do seu desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, entre outros elementos, precisa de uma infra-estrutura de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) que permita à sua comunidade alcançar patamares desejados de crescimento. Essas tecnologias assumiram uma posição que as tornam ferramentas indissociáveis para as nossas realizações, principalmente aquelas que buscam a excelência.

As TIC exercem um significativo papel para a UFPE no apoio às suas mais diversas atividades, o que traz a necessidade de uma ação de informatização crescente, para que a comunidade universitária possa obter, armazenar, processar, e divulgar informações. Deve-se oferecer condições para que essas dependências não sejam acompanhadas de fragilidades e riscos que comprometam o desenvolvimento das atividades institucionais.

Neste sentido, deve-se considerar o tratamento dos seguintes aspectos: (i) infra-estrutura física e lógica de comunicação IP; (ii) infra-estrutura física e lógica de recursos computacionais básicos; (iii) infra-estrutura física e lógica de serviços digitais institucionais; (iv) infra-estrutura física e lógica de acesso computacional; (v) capacidade de geração de serviços digitais; (vi) capacidade de atualização das condições de uso computacional pelos seus usuários.

7.1.1.1 Evolução Recente da TIC na UFPE

Desde a primeira rede da UFPE que tem sido crescente a ampliação do parque computacional da Universidade. Os antigos computadores centrais deram lugar a um conjunto significativo de pequenas grandes máquinas que cooperam para oferecer serviços informatizados. Os terminais dos computadores centrais desapareceram e os seus usuários passaram a ter os seus próprios computadores pessoais. Com as facilidades de aquisição de microcomputadores muitos outros usuários passaram a ter acesso direto aos serviços informatizados da UFPE. A comunidade de usuários de TIC da UFPE alcança agora toda a nossa comunidade interna e externa, compondo um número difícil de quantificar.

A infra-estrutura lógica, os softwares básicos, os softwares de escritório, os sistemas de informação e sistemas aplicativos, desse novo parque computacional também aumentou em complexidade. Partindo de uma gestão centralizada de recursos lógicos, chegou-se a uma

⁴⁴ As diretrizes gerenciais aqui apresentadas devem compor o PPA do NTI.

Plano de Desenvolvimento Institucional

situação de distribuição sem controle gerencial desses mesmos recursos. O controle existente no ambiente centralizado foi muito prejudicado no novo ambiente que se instalou.

Cresceram também os serviços. Os pequenos sistemas de gestão de pessoas, de apoio à administração universitária e de ensino de graduação passou a ser um poderoso sistema integrado de informações. O acanhado serviço de correio eletrônico passou a ser um serviço que deve atender a uma comunidade cada vez mais exigente quanto à qualidade do mesmo e que está submetido, cada vez mais, a eventos que procuram perturbar o seu funcionamento. As nossas divulgações de informações e conhecimento pedem novas estruturas e os serviços de apoio à concepção de páginas e portais, de hospedagem delas, de bancos de conteúdos com capacidade para armazenamento, manutenção, atualização e recuperação de informações trazem com eles elementos de dependência para os nossos usuários que necessitam crescentemente deles.

Toda essa evolução tem gerado, para as organizações, uma enorme dependência da sua infraestrutura de TIC. Essas tecnologias evoluem aceleradamente trazendo consigo sérios problemas para as instituições ao mesmo tempo em que oferecem significativas soluções para as mesmas. A evolução tecnológica está sempre em conflito com a obsolescência dos parques de TIC corporativos que foram construídos com fortes investimentos e que necessitam de outros investimentos significativos para se atualizarem. Muitas vezes equipamentos e serviços passam a ser completamente inadequados para uso, com eles não é possível ter acesso a novos serviços construídos que trazem consigo fortes condições de produtividade. Sem o uso desses novos serviços perde-se em produtividade e aumentam os custos operacionais.

A infra-estrutura física institucional necessita de uma equipe técnica capaz de responder rapidamente às necessidades de criação, operação, manutenção e atualização de serviços e de apoio aos seus usuários. As atualizações e crescimento da infra-estrutura de TIC da UFPE não foram acompanhados de capacitações, atualizações e crescimento de sua equipe técnica. Para minimizar o danos causados por essas dificuldades faz-se necessário contratar serviços que possam suprir as demandas que não possam ser atendidas pelo nosso pessoal.

7.1.1.2 Temas Importantes da TIC

O desenvolvimento da UFPE apóia-se, entre outros, sobre o pilar das TIC. É evidente a importância dessas tecnologias para o desenvolvimento institucional pela sua natureza transversal que permeia todas as atividades das diversas áreas do conhecimento científico, tecnológico e artístico, e da gestão e administração universitária. É necessário realizar um planejamento estratégico de TIC alinhado com o planejamento estratégico institucional e é com base nele que deve ser construído um Plano de TIC para a UFPE.

Os gestores de TIC da UFPE conduziram, nos últimos anos, um processo de reflexões sobre o papel dessas tecnologias para as instituições de educação superior. Essas reflexões levaram à concepção de uma nova estrutura para o órgão gestor de TIC que pudesse ser inserida no contexto da UFPE para o momento atual e o que se aproxima trazendo um novo modelo de instituição federal de educação superior. Uma reestruturação do órgão gestor de TIC, desde 2003 denominado de Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), levou a uma mudança de postura que considerou um novo ambiente organizacional de TIC, no qual a centralização controlada foi substituída por uma descentralização sem controle, que deve ser conduzida para uma descentralização controlada. A estrutura organizacional do NTI reflete essa busca. Deve ser conduzido um processo de efetivação da nova estrutura planejada. Essa operacionalização deve contar com uma mudança de comportamento dos gestores de TIC, para que os mesmos possam enfrentar os desafios atuais impostos pela oferta e uso dessas tecnologias. É importante ressaltar a importância da criação e efetivação dos comitês gestores e técnicos de TIC da UFPE. Eles terão papel preponderante nas proposições de políticas institucionais de TIC.

Outro elemento essencial para o bom desenvolvimento das TIC na UFPE é a adequação do quadro de pessoal técnico permanente especializado às crescentes demandas por serviços de

Plano de Desenvolvimento Institucional

TIC. Essa adequação, pelo caráter estratégico que as TIC possuem no apoio ao desenvolvimento institucional, exige a participação de pessoal permanente da UFPE em todas as etapas do ciclo de atividades relacionado com a infra-estrutura e serviços de TIC (gestão, desenvolvimento, treinamento, operação, manutenção). Para isso, a equipe técnica e administrativa deve ser dimensionada para suportar toda essa gama de serviços. Essa equipe deve ser permanentemente atualizada, seguindo as tendências dos avanços e inovações tecnológicas, para manter um nível de capacitação adequado às exigências dos serviços correntes e emergentes.

A infra-estrutura de TIC institucional deve ser mantida num padrão adequado aos requisitos exigidos pela comunidade de usuários de TIC da UFPE. As novas TIC trazem com elas potencialidades para o desenvolvimento de projetos de relevância. Esses projetos passam a depender dessas tecnologias e precisam contar com uma atualização tecnológica continuada e permanente. Deve ser buscado um mecanismo de financiamento e investimento na infra-estrutura de TIC da UFPE que permita uma renovação continuada da nossa infra-estrutura e dos nossos serviços.

A dependência das tecnologias anteriormente citada exige uma preocupação permanente com as informações e conhecimentos institucionais. Essa preocupação exige uma conduta que garanta a segurança da informação e conhecimento. Informações e conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e, também, administrativos, gerenciais e estratégicos repousam sobre meios de TIC e são acessados, processados e difundidos por serviços que devem ter garantia de segurança. Para que a UFPE possa garantir a segurança física e lógica das informações e conhecimentos, será necessário definir políticas de TIC que tratem de padrões de oferta de serviços (criados por desenvolvimento ou aquisição de produtos) e de acesso e uso de recursos computacionais. Associadas às políticas de segurança, e de modo complementar, devem ser definidas as políticas de auditoria para as informações, para a infra-estrutura de informação e comunicação, e para o parque computacional. Com as políticas de auditoria, será possível garantir que elementos de TIC estão tendo uso de acordo com as normas institucionais.

Como a equipe de técnicos do NTI é insuficiente para atender à demanda imediata da UFPE por serviços de TIC, esses serviços devem ser adquiridos ou terem as suas realizações contratadas. Para que isso possa ocorrer apresentado um melhor desempenho, será preciso definir políticas institucionais de aquisição ou de desenvolvimento terceirizado de produtos de TIC. Com elas podem ser garantidas as visões integradas e seguras das informações e conhecimentos.

7.2 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Os serviços de comunicação institucional da UFPE se encontram atualmente divididos entre a Assessoria de Comunicação e os Órgãos Suplementares: TV e Rádios Universitárias e Editora Universitária. Adicionalmente são produzidos Materiais Informativos que complementam o arcabouço informacional.

7.2.1 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)

A Assessoria de Comunicação da UFPE (ASCOM) é um órgão ligado diretamente ao Gabinete do Reitor. Os principais e institucionalizados instrumentos para atingir as comunidades interna e externa à Universidade utilizados pela ASCOM são:

Jornal Incampus: dirigido ao público interno da Universidade e frequência mensal. É distribuído em todos os departamentos, centros, coordenações da Universidade; e também encaminhado por e-mail.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Boletim de Notícias (eletrônico): produzido em duas versões, uma para a comunidade interna e outra para a mídia. A versão da comunidade interna é distribuída para os e-mails de todos os professores e funcionários da Universidade. Há também uma versão dirigida e distribuída com a mídia pernambucana; objetiva-se, com esta distribuição, emplacar matérias na imprensa de uma forma geral.

Homepage (seção notícias) e Boletim produzido para a Rádio FM, que são dirigidos tanto ao público interno quanto externo.

Fale conosco: e-mails na homepage para que as pessoas - públicos interno e externo - encaminhem suas perguntas, sugestões e críticas à Universidade.

De uma forma geral a imagem pública da UFPE nos meios de comunicação social é positiva. Fica claro que os seus assuntos são sempre merecedores de destaque. Nem mesmo eventuais matérias negativas - que podem abordar temas como problemas no Hospital das Clínicas, falta de segurança no campus e carência de investimentos e de pessoal - são capazes de abalar o prestígio da Universidade, reconhecida pela mídia e sociedade como a melhor do Norte-Nordeste.

O registro desta imagem é feito através de *clipagem* diária de jornais impressos e eletrônicos. Além disso, a Assessoria de Comunicação da UFPE monitora o que é divulgado nas TVs abertas, e mantém registro deste monitoramento. Complementando esta análise foi realizada no ano de 2006 uma pesquisa piloto junto a órgãos formadores de opinião⁴⁵ orientada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A pesquisa registrou que mais de 92% dos entrevistados consideravam a UFPE como a instituição de ensino superior mais importante do estado.

A internet tem sido o principal canal de comunicação (entendendo-se como o meio pelo qual a mensagem é transmitida, como TV, Rádio, Internet etc) entre os membros da comunidade, seja através do uso de e-mails ou de veículos de comunicação eletrônicos. Mas os meios convencionais continuam existindo, seja na esfera da comunicação exercida pela ASCOM ou por outros setores, que enviam, por exemplo, comunicados e ofícios impressos, ainda que os encaminhem também pela Internet.

Entretanto, percebe-se que a comunicação entre os membros da Instituição é um ponto de relativa deficiência. Apesar de haver a comunicação entre os órgãos, em termos de divulgação de notícia, não existem caminhos estabelecidos para a interação entre estes mesmos órgãos. Não existe comunicação para convergência das ações. A ASCOM não cumpre este papel, ela não centraliza a informação da Universidade, na havendo, portanto, homogeneidade da informação. Isto porque, entende-se, a questão da comunicação deve ser superior à questão da divulgação.

7.2.2 MATERIAIS INFORMATIVOS

O principal material informativo entregue ao usuário aluno da UFPE é o Manual Acadêmico, no momento da matrícula de ingresso na Universidade. Este Manual traz informações relevantes e as Resoluções que lhe serão importantes no decorrer do Curso.

As Coordenações de Curso recebem da PROACAD uma encadernação com as principais Resoluções da Universidade que são importantes para os Cursos de graduação.

⁴⁵ 10 representantes da mídia pernambucana; 10 colégios públicos de ensino médio (1 coordenador pedagógico, 3 professores); 10 colégios privados de ensino médio (1 coordenador pedagógico e 3 professores); órgãos de classe, FIEPE e associação de comerciantes.

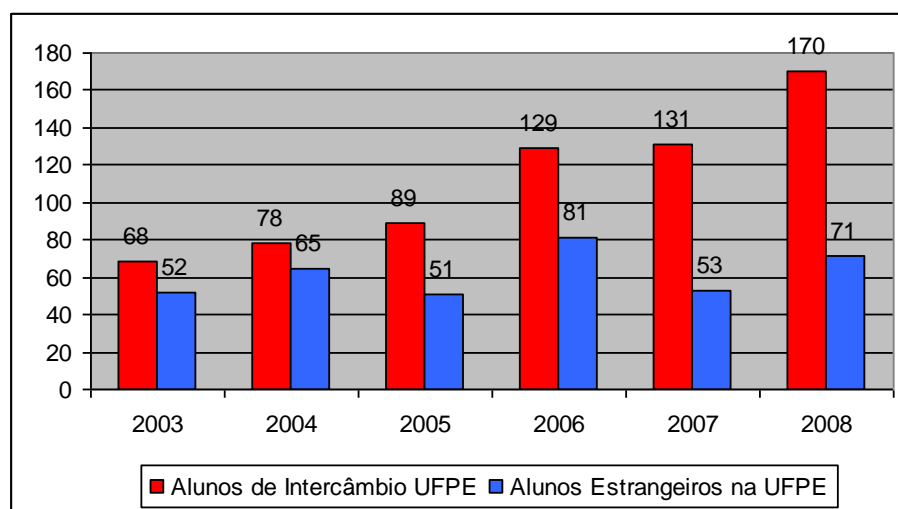
7.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional da Universidade é tratada no âmbito da Coordenação de Cooperação Internacional, uma assessoria do Gabinete do Reitor. É a instância responsável pelo intercâmbio da UFPE com instituições de ensino superior de diversos países, possibilitando aos estudantes e professores a troca de conhecimentos e experiências acadêmicas com discentes e docente de todas as partes do mundo. Atualmente, a UFPE possui convênios formais com várias instituições estrangeiras, distribuídas por diversos países.

Os estudantes vinculados à UFPE podem participar do intercâmbio simples ou do tipo dupla titulação. O primeiro está disponível para todos os cursos da Universidade, desde que haja equivalente na instituição estrangeira conveniada, e vale para o período de seis meses a um ano. Já a segunda modalidade é oferecida para um período de um ano acadêmico e confere ao estudante, após concluído seu curso na UFPE, o diploma da Universidade envolvida no Programa. As instituições conveniadas são Middlesex University (Inglaterra), Economia e Administração e Universidad de Valladolid (Espanha), Eng. Química. A Cooperação Internacional também se dá na recepção dos alunos estrangeiros, que vêm a Pernambuco para participar de novas experiências acadêmicas no campus da Universidade Federal.

A cada ano, os intercâmbios realizados entre a UFPE e as Universidades estrangeiras têm sido ampliados. Esse crescimento é decorrente dos investimentos e da atenção dadas à Coordenação de Cooperação Internacional. O GRÁFICO 01 traz os números desta evolução, de 1999 a 2008.

GRÁFICO 01 - Número de estudantes em cooperação internacional (fora e dentro da UFPE) - 2003 a 2008



Fonte - Cooperação Internacional - UFPE

7.4 DIRETRIZES

Para a Tecnologia da Informação:

- Elaborar um Plano estratégico de TIC que ofereça linhas de conduta para as ações do Plano de Diretor de TIC;
- reverter as ações setorizadas de TIC para ações institucionalizadas;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- procurar estabelecer cooperação técnica com órgãos de gestão de TIC de instituições de educação superior para alcançar padrões e ganhar desempenho na solução de problemas comuns;
- procurar fontes de financiamento externo que promovam a construção ou atualização de infra-estrutura e serviços de TIC que sirvam para o desenvolvimento das atividades institucionais;
- atender, com recursos próprios às necessidades prioritárias de infra-estrutura ou serviços de TIC que não possuam fonte de financiamento externo;
- servir às demandas de serviços de TIC garantindo qualidade, desempenho, disponibilidade, atendimento de padrões, segurança, gerenciamento, capacidade de crescimento;
- atualizar as tecnologias de informação (hardware e software) em uso, possibilitando o aperfeiçoamento dos processos de gestão acadêmica, administrativa e financeira, e o fluxo de informação.

Para a Comunicação Institucional:

- criar uma coordenadoria estratégica para traçar políticas de informação e comunicação da UFPE;
- desenvolver programas de modernização e sistematização da comunicação institucional, visando a alcançar eficiência na divulgação da informação e na tramitação dos processos;
- explorar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação que mudarão a forma como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e disponibilizado;
- ampliar processos de comunicação das pesquisas realizadas e/ou em desenvolvimento na Universidade;
- integrar e sistematizar a criação e comunicação do conhecimento utilizando as tecnologias de comunicação e informação disponíveis na instituição;
- criar, fortalecer e aprimorar instrumentos, ações e meios de comunicação, tendo em vista ampliar sua interlocução com as comunidades interna e externa;
- criar uma ouvidoria institucional;
- zelar pela imagem da Universidade junto aos públicos interno e externo;
- consolidar as rádios AM e FM, e a TV Universitária como importantes meios de interlocução com a sociedade pernambucana.

Para a Cooperação Internacional:

- fortalecer ações integradas e sistemáticas de cooperação nacional e internacional da UFPE;
- promover a mobilidade interinstitucional de estudantes, professores, pesquisadores e técnico-administrativos;
- estimular a celebração de convênios com Universidades no marco do projeto de integração das Américas;
- estimular a celebração de convênios com Universidades no marco da cooperação ibero-latinoamericana;
- estimular a celebração de convênios com instituições de ensino superior (IES) do Brasil.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Pernambuco tem sido pioneira na área de avaliação institucional, por acreditar ser a avaliação um instrumento indispensável para a gestão. As ações neste sentido têm acontecido desde os primórdios dos anos 1980, quando foram elaboradas diretrizes para a avaliação dos professores colaboradores e aprovadas resoluções para progressão, as quais requeriam avaliação do desempenho. De lá para cá, algumas iniciativas merecem destaque.

Em 1992 iniciou-se na Universidade um processo de avaliação dos cursos de graduação, integrando-se ao PAIUB em 1993. Neste momento foram realizadas avaliações interna e externa de todos os cursos de graduação; cujos resultados foram discutidos com os Centros Acadêmicos e algumas ações foram implementadas para corrigir as principais dificuldades identificadas pelo processo, a exemplo da mudança do processo seletivo, a questão da transferência de alunos para o turno da noite e a reforma curricular das licenciaturas de matemática, física, química e biologia.

Em 1994 a UFPE assumiu o compromisso de realizar avaliação institucional externa, acreditando que avaliação e melhoria da qualidade eram os novos requerimentos do Século XXI. Neste processo, investiu em um ousado projeto de realizar a avaliação com duas instituições estrangeiras, uma europeia e uma americana, pois a Universidade, apesar de ter sido criada sob os moldes europeus havia sido fortemente influenciada pela experiência americana a partir dos anos 1960.

Em 1999 a UFPE recebeu a visita da Comissão Americana - “Middle State Commission on Higher Education” - com a conclusão de seu relatório em março de 2000. E finalmente em 2002 a UFPE realizou uma meta avaliação, buscando identificar que ações haviam sido tomadas e se estas ações haviam melhorado a performance da Universidade; desta vez novamente com a CRE.

A UFPE assumiu o SINAES como uma seqüência a sua experiência avaliativa, incorporando uma prática de avaliação institucional com vistas ao autoconhecimento. para orientação e/ou reorientação do seu planejamento, com base na identificação de suas fragilidades, potencialidades e desempenho. Tudo isto visando estimular, a partir de informações fidedignas e construídas coletivamente, a melhoria e o desenvolvimento da qualidade acadêmico-científica de todas as suas áreas de conhecimento e atuação e, por conseguinte, a ampliação do compromisso social com o meio no qual se situa e a que deve estar a serviço, conforme o caráter e papel de uma instituição pública.

Tem-se entendido, na UFPE, a avaliação como um processo de caráter essencialmente positivo, em que se vislumbra a busca de melhorias, e não a punição daqueles setores identificados como ineficientes; ou seja, vislumbra-se a avaliação como uma ferramenta para o exercício pleno da administração para a qualidade. Neste sentido, tem-se adotado em todo o processo já realizado, e no que aqui se pretende, uma concepção de avaliação que incorpore estes intuítos.

8.1 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

8.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AVALIAÇÃO

Para que a avaliação institucional fosse realizada de forma permanente, articulando todos os processos avaliativos da instituição entre si, e com o SINAES, tornou-se necessário a institucionalização deste processo. E dada a natureza transversal e complementar da avaliação com o planejamento fez-se esta institucionalização através da criação de uma Diretoria de Avaliação e Planejamento (DAP) na Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, em outubro de 2008.

Do ponto de vista estratégico, entende-se que a avaliação deva estar muito próxima das atividades de planejamento da Universidade, uma vez que todo planejamento deve partir de um processo de avaliação, ao mesmo tempo em que sua implementação deve ser acompanhada de perto de um processo avaliativo. Destaca-se ainda que cabe ao Pesquisador Institucional a tarefa de disponibilizar nos sistemas do INEP as informações e documentos necessários para o processo avaliativo externo, de curso e institucional.

8.2 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Avaliação e Planejamento fazem parte de uma mesma diretoria na UFPE, estando, assim, intimamente ligados. Os Planos Plurianuais e o Plano de Desenvolvimento Institucional são elaborados tendo como base o Relatório de Avaliação, o qual se faz de forma continua tendo em vista a recondução do Planejamento realizado.

Dois processos de avaliação devem ser conduzidos no âmbito da DAP; o primeiro tem por base os parâmetros estabelecidos pelo SINAES, no sentido de identificar se a Universidade tem cumprido o seu papel de instituição pública de ensino superior. Neste caso cabe avaliar o seu desempenho na formação profissional e acadêmica de seus alunos; a sua inserção e promoção do desenvolvimento em nível regional e redução das desigualdades sociais; e o nível de satisfação de seus colaboradores; entre outros. É deste processo de avaliação que devem surgir as ações propostas para o planejamento institucional. Os indicadores desta avaliação são estabelecidos por padrões na maior parte das vezes de forma externa à UFPE

O segundo processo de avaliação refere-se ao acompanhamento e avaliação do planejamento, tendo em vista a identificação do grau de cumprimento das metas estabelecidas. Os indicadores desta avaliação são estabelecidos internamente, porque se referem ao grau de atingimento das metas estabelecidas pela própria comunidade acadêmica.

8.3 DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO

A UFPE entende como principal desafio implantar um sistema integrado de avaliação que abarque todas as dimensões da avaliação do SINAES. Para isso, deverá:

- implantar um acompanhamento sistemático da evasão e retenção que acontecem nos cursos de graduação da universidade;
- realizar avaliação do ensino-aprendizagem incluindo-se aí a avaliação docente;
- realizar acompanhamento sistemático da imagem que a UFPE tem para a sociedade pernambucana;

Plano de Desenvolvimento Institucional

- realizar sistematização da avaliação da aprendizagem do aluno da UFPE, utilizando-se para isto do SIG@ e dos resultados do ENADE;
- incentivar e apoiar a realização de auto-avaliação dos cursos de graduação e discussão sobre os seus projetos pedagógicos;
- realizar estudo de mercado para identificar a demanda regional por profissionais;
- criar um escritório para acompanhamento dos egressos;
- realizar pesquisa de clima e cultura institucional;
- avaliar os resultados obtidos pelas atividades fins e a sua coerência com a missão da universidade;
- sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância do processo de avaliação;
- apresentar à comunidade os resultados obtidos da avaliação tendo em vista a indicação de recomendações futuras
- aperfeiçoar a sua infra-estrutura gerencial, tendo em vista articular as ações com a atuação da Comissão Própria de Avaliação da Universidade;
- criar canais constantes de discussão com a comunidade acadêmica sobre as ações da avaliação.

9. PROGRAMA DE EXPANSÃO DA UFPE

9.1 GRADUAÇÃO

O QUADRO 03 traz a programação de criação de novos Cursos de Graduação da UFPE para o Quinquênio 2009-2013.

QUADRO 03 - Cronograma de criação de novos Cursos de Graduação

Nome do Curso	2009	2010	2011	2012	2013
Campus Recife					
Arqueologia					
Ciências Atuariais					
Ciência Política					
Cinema					
Dança					
Engenharia de Alimentos					
Oceanografia					
Gestão da Informação					
Museologia					
Engenharia de Energia					
Engenharia de Materiais					
Sistemas de Informação					
Campus Caruaru					
Engenharia de Produção					
Física-Licenciatura					
Matemática-Licenciatura					
Química-Licenciatura					
Medicina					
Música-Licenciatura					
Educação Intercultural-Licenciatura					
Bacharelado em Artes Cênicas					
Campus Vitória					
Bacharelado Educação Física					
Licenciatura Educação Física					
Biomedicina-Bacharelado					

Plano de Desenvolvimento Institucional

Saúde Coletiva-Bacharelado					
Psicologia					
Serviço Social					

9.2 PÓS-GRADUAÇÃO

O QUADRO 04 a seguir traz a programação de criação de novos cursos de Pós-graduação da UFPE para o Quinquênio 2009-2013. A data de criação prevista refere-se ao anos de criação, posterior, portanto, ao envio do Projeto à Capes.

QUADRO 04 - Cronograma de criação de novos Cursos de Pós-graduação

Nome do Curso	Nível	2009	2010	2011	2012	2013
Campus Recife						
Biologia Industrial	ME					
Biologia Aplicada à Saúde	ME/DO					
Design	ME					
Direitos Humanos	ME					
Educação Matemática Tecnológica	DO					
Enfermagem	ME					
Engenharia Civil e Ambiental	ME					
Direitos Humanos	ME					
Educação Matemática Tecnológica	DO					
Instrumentação, Microeletrônica e Computadores	ME/DO					
Música	ME					
Sistemas de Energia Elétrica	ME/DO					
Fonoaudiologia	ME					
Gestão Universitária	ME P					
Psicologia	DO					
Ciências do Desporto	ME					
Fisioterapia	DO					
Enfermagem	DO					
Terapia Ocupacional	ME					
Campus Caruaru						
Economia	ME					
Educação	ME					
Campus Vitória						
Atividade Física e Origem Desenvolvimentista das Doenças						
Saúde Humana e Meio Ambiente	ME					
Saúde Humana e Meio Ambiente	DO					

9.3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

O QUADRO 05 traz a programação de criação de novos cursos de Educação à Distância da UFPE para o Quinquênio 2009-2013, em nível de graduação e de pós-graduação.

QUADRO 05 - Cronograma de criação de novos Cursos de Pós-graduação

Nome do Curso	2009	2010	2011	2012	2013
Licenciatura Letras - Espanhol					
Licenciatura Matemática					
Ciências Contábeis					